



Anais da Assembléia

Nº 20

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 24ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1977.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados José Domingos Scarpelini e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alecar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Gabriel Sampaio, Maurício Fruet, Nilso Sguarezi e Trajano Bastos (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 135/76, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública a "COLSAN Londrina — Sociedade Benfícete de Coleta de Sangue", com sede e foro na cidade de Londrina. Com parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 138/76.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1977.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Nelson Buffara.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto

Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alecar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Maurício Fruet, Nilso Sguarezi e Trajano Bastos (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, objetivando comunicar-lhe a indicação dos Senhores Deputados Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, João Calil Fadel, Werner Wanderer e Egon Pudell, para as Vice-Lideranças do Governo e ARENA desta Casa.

Sendo o que me cumpria manifestar, aproveito o ensejo para reafirmar-lhe protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Luiz Demeterco, ocorrido ontem, nesta Capital.

O extinto era bastante relacionado em nossa cidade, tendo prestado relevantes serviços à comunidade através das atividades que exerceu no campo filantrópico bem como em outras atividades no setor comercial tais como: Vice-Presidente da Associação Comercial do Paraná, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista, por várias vezes, Presidente da Federação do Comércio, Presidente do Rotary Club, Diretor do Graciosa Country Club, Sócio fundador do Banco Meridional, eleito comerciante do ano várias vezes e atualmente Diretor da Rede de Super Mercados Demeterco, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação na sociedade e no comércio de nossa Capital.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, Rua Brigadeiro

Franco número 1438.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1977.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em Brasília, em data de 21 do corrente mês, do jornalista Costã Manso, da Rede Globo.

Jovem dinâmico, profundamente consciente e conhecedor da carreira que abraçou, grangeou em um pequeno espaço de tempo o respeito e a admiração de todo o telespectador brasileiro, pela seriedade e profundidade com que apresentava as suas reportagens, notadamente na cobertura do Itamarati e do setor político interno e externo.

Formado há pouco mais de três anos, contava Costa Manso, com a idade de vinte e seis anos, o que demonstra a inata aptidão para o jornalismo sério, cujas qualidades de que era dotado fez com que a Rede Globo o designasse para cobrir inúmeros fatos e ocorrências internacionais, especialmente a viagem realizada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Japão, fato este que, por si só, demonstra o respeito e conceito que desfrutava.

Prova ainda maior do respeito e do conceito que desfrutava, foram as incontáveis manifestações que se fizeram sentir em todo o território nacional, notadamente na Capital da República, onde se pronunciaram as classes políticas, sociais, empresariais e culturais, enaltecendo, num preito de justiça, sua personalidade ao mesmo tempo em que lamentavam o passamento do homenageado.

Requer, finalmente, que da manifestação da Casa, seja dado ciência à família enlutada, e Rede Globo de Televisão.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, pede e requer que se registre em Ata, um voto de congratulações para com a Sra. Nely V. Almeida, pela edição de sua monografia "História de Curitiba" (Ensaio sobre a sua Evolução), que é o resultado de dois anos de pesquisas em arquivos, livros didáticos, documentos antigos, manuscritos e depoimentos de velhos historiadores.

A Sra. Nely V. Almeida, licenciada em Geografia e História pela Universidade Federal do Paraná e membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense e da Academia Feminina de Letras, merece os aplausos desta Assembléia e, portanto, do povo do Paraná, pela sua inteligência, capacidade de trabalho e pelo seu amor à terra e à gente de nosso Estado.

Pede que se dê conhecimento formal à homenageada.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inclusão em ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Dr. João Elísio Ferraz de Campos, digníssimo Secretário da Administração, por sua eleição à Presidência do Conselho Deliberativo do Clube Atlético Paranaense.

Requer, ainda se dê ciência da decisão desta Casa, ao Excelentíssimo Senhor Secretário João Elísio Ferraz de Campos

Sala das Sessões, em 23 de março de 1977.

(a) JORGE SATO

JUSTIFICATIVA:

O Dr. João Elísio Ferraz de Campos, é o mais jovem integrante da equipe de Secretários do Governo Jayme Canet e alia, à sua capacidade administrativa a condição de desportista, interessado no desenvolvimento das atividades dos clubes paranaenses. Sua colaboração, sem fazer distinção de cores, tem sido notada, desde o tempo em que no exercício da Superintendência da FUNDEPAR, já era solicitado para colaborar para presidir o alto conselho do Clube Atlético Paranaense, em memorável conclave, faz justiça a uma das mais destacadas figuras de nossa vida pública.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com respaldo no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, requer seja enviado expediente ao Senhor Valter Pereachi Barcellos, Diretor do Banco do Brasil S/A., para a região sul do País com a finalidade de apelar para que seja instalada a agência daquele banco no município de Santa Cruz do Monte Castelo.

O presente apelo justifica-se porque o município, apesar de novo, possui uma população operosa e dedicada à exploração agro-pastoril. A presença do maior banco agrícola do mundo naquela cidade favorecerá ainda mais os produtores que lá residem, bem como ensejaria que pudessem responder com maior facilidade ao apelo dos Governos Federal e Estadual para que haja maior produtividade.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1977.

(a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Arnaldo Faivro Busato, digníssimo Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo-lhe a instalação de posto de saúde no distrito de Santa Lúcia, município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Integrando o município de Capitão Leônidas Marques, o distrito de Santa Lúcia vem apresentando um extraordinário crescimento econômico e populacional.

Considerando que a saúde do povo deve ser interesse primordial do Estado, é imperiosa e urgente a presença da assistência médica e sanitária às populações das localidades interiores, que se empenham no árduo trabalho da criação e circulação de riquezas.

Outrossim, deve-se atentar para o caso específico do distrito de Santa Lúcia, no município de Capitão Leônidas Marques, que situada a uma distância considerável de sua sede e também de Cascavel, centro mais aparelhado, sofre enormes dificuldades na busca de tratamento médico-sanitário.

Assim, é efetivamente uma medida de justiça a instalação de um Posto de Saúde no distrito de Santa Lúcia, o que virá ao encontro das aspirações da população daquela progressista localidade, e, certamente, merecerá a atenção do titular da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social.

Fala-se que durante a campanha política, instalou-se o posto, e, como logo após foi fechado, presume-se que o mesmo teve cunho especificamente político, visando a vitória de candidatos situacionistas.

Como saúde é direito de todos, cremos que a Secretaria em causa não oporá obstáculos.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 28/77

A Assembléia Legislativa do do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criada a Circunscrição de Trânsito, com sede em Cidade Gaúcha, abrangendo os municípios de Cidade Gaúcha, Tapira, Nova Olímpia, Guaporema e Rondon.

Art. 2º — O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 23 de março de 1977.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

1 — O presente plano de lei colima atender no setor de transportes uma das vastas áreas do Noroeste do Estado, facilitando a extensa região da Cidade Gaúcha, que possui considerável densidade demográfica e um elevado número de proprietários de carros.

2 — A sede, Cidade Gaúcha, é um polo da referida região, centralizando neste município as principais atividades econômicas, contando-se inclusive com filial do Banco do Brasil.

3 — As outras sedes distritais, no setor de trânsito acham-se distanciadas dos municípios que pretendemos sejam incluídas na presente circunscrição.

PROJETO DE LEI NÚMERO 29/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Centro Espírita "Deus, Cristo e Caridade", com sede na cidade de Primeiro de Maio, neste Estado.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1977.

a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, foi fundada para promover o estudo do espiritismo Kardecista, bem assim desenvolver esforços, para ampliar seu raio de ação social e manter departamento de beneficência. Visa a caridade, o combate ao fanatismo, vícios, crimes, maus costumes e a assistência social.

Sua fundação data de 21 de janeiro de 1976, sendo que sua diretoria não recebe qualquer tipo de remuneração, satisfazendo assim as exigências legais.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Pausa)

— Não se achando presente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Nós chegamos ontem cedo da cidade de Maringá e da região, e constatamos, naquela cidade, em razão do trabalho sobre pecuária que estamos fazendo para trazer a esta Casa para surpresa nossa, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, nós encontramos a cidade de Maringá traumatizada com uma onda de boatos a inquietar e alarmar as famílias de nossa cidade, chegando-se a observar disparates até ao ponto de algumas famílias cortarem da sua mesa e do seu cardápio de alimentação, toda e qualquer ração de carne bovina. Porque na cidade de Maringá, é voz corrente de que está havendo um surto violento de febre tifóide.

E este Deputado que ocupa a tribuna, durante toda a tarde de domingo e grande parte de segunda-feira, esteve tentando conferir e constatar e, efetivamente, Sr. Presiden-

te, por constatação pessoal, individual nossa, observamos que, segundo informações de famílias há cerca de 36 casos de febre tifóide registrados em Maringá.

E, para isto então, elaboramos e pretendemos encaminhar a V. Exa. o seguinte requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente requerimento, requer na forma regimental, seja enviado expediente, em forma urgentíssima, solicitando do Senhor Secretário de Saúde do Estado o envio imediato de médicos, vacinas, medicamentos e tudo que se fizer necessário para debelar um surto de tifo que estaria tomando conta de muitos habitantes de Maringá. Consta que mais de 40 (quarenta) pessoas estariam internadas nos hospitais da cidade e da região, afetadas pelo mal que estaria sendo trazido do pantanal matogrossense, por caminhões de um frigorífico da cidade que, além de não tomar as devidas providências, ainda estaria colocando em risco a saúde de toda a população. Dado a gravidade da denúncia, com o objetivo de não se espalhar pânico no meio popular, urgem medidas prontas, enérgicas e definitivas. Outrossim, requer o subscritor que, se preciso, os órgãos do setor instalem postos de controle na fronteira entre o Paraná e o Estado de Mato Grosso para evitar um dano generalizado.

A urgência se justifica para se evitar o mal físico mas, principalmente, o mal psicológico que os boatos pairantes na região causam sobre nossa gente, inclusive com algumas famílias já se recurando a consumir carne bovina, essencial na dieta de proteína de toda e qualquer criatura humana.

Sala das Sessões, aos 23 dias de março de 1977."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós queremos encaminhar este requerimento a V. Exa. e encarecer junto a essa Mesa, a necessidade de que este Poder tome as providências que lhe cabem, para evitar, principalmente, — é claro que o Estado do Paraná, através de seus organismos de defesa sanitária deve estar preparado e equipado para enfrentar casos desta natureza, mas, é fundamental a presença deste Poder Legislativo, — principalmente para se evitar que uma neurose coletiva venha a tomar conta da população de Maringá e da região; e, nós temos ainda presente, Sr. Presidente, o mal-estar surgido no meio de nossas famílias, quando do surto de meningite que assolou o nosso Estado, o nosso Brasil, em época recente. Muito mais do que o mal físico ou, além de debelar-se o mal físico, é preciso que a presença do Estado do Paraná, através de seus organismos técnicos, através de seus técnicos que numa campanha de esclarecimentos pelos meios de comunicação de massa coloquem as coisas no seu devido lugar e, a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Estado por seu equipamento técnico, possa debelar os casos já observados e colocar a situação no total controle, coisa que, graças a Deus, o nosso Estado pode ter este recursos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não obstante as informações que o Sr. Coordenador do INCRA, Sr. Aroldo José Moleta, prestou ao extraordinário "O Estado do Paraná", na edição do dia 16 de março de 1977, referindo-se à matéria que propusemos aqui, denunciarmos e formulamos um pedido de informações ao Sr. Governador, no sentido de solucionar o impasse que envolve em torno de mil e quinhentas famílias do município de Terra Roxa que estão com suas propriedades ainda sem título definitivo, sofrendo agruras, injustiças e, na iminência de deixarem aquele município.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, atendendo ao nosso pedido, a nossa crítica e a nossa denúncia, o Sr. Governador Jayme Canet Júnior nos remeteu o ofício, prestando as seguintes informações.

Como informa o Sr. Governador, que “à extinção da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, pelo Decreto número 2961, de 21 de dezembro de 1972, surgiu o problema do patrimônio remanescente, cuja destinação seria dada pela Assembléia Legislativa, fato que ocorreu no dia 16 de novembro de 1973, com a Lei número 6487/73, quando os imóveis relacionados pela comissão nomeada pelo Decreto número 2653, de 13 de outubro de 1971, reverteram ao Estado do Paraná, ficando então o Poder Executivo autorizado a alienar aqueles imóveis através do F.I.T.C.

“O assunto — diz o Sr. Governador — de grande complexidade, exigiu várias indagações, quer de natureza jurídica, se devolutas ou patrimoniais, quer quanto à sua localização na faixa de fronteira”.

Prosseguindo, o Sr. Jayme Canet informa que “foi então designada uma comissão pela FITC encarregada de estudar e sugerir medidas tendentes à regularização não só daquelas áreas, como as demais remanescentes da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. O relatório e as medidas propostas pela Comissão, submetidas à apreciação da Procuradoria Geral do Estado, originou o Parecer 274/76 daquele órgão. Informa o Sr. Governador que tais trabalhos estão sendo submetidos à análise final e minuciosa, dada sua importância, e tão logo concluídos e aprovados, receberão o referendo que permitirá a solução satisfatória e definitiva pela própria FITC”.

Ainda informa o ofício firmado pelo Sr. Secretário da Agricultura, por designação do Sr. Governador, que “ultimados os estudos em vias de conclusão, será o mesmo devidamente regularizado nos termos da legislação própria”. Mas, Sr. Presidente, devo salientar que seria necessário, para satisfação dos agricultores de Terra Roxa, prejudicados com a demora do equacionamento da questão, que o Governo adiantasse uma data para término dos estudos e a conseqüente legalização daquelas terras.

Assim sendo, Sr. Presidente, nós decidimos, em razão da boa contada e da emergência com que o Sr. Governador atendeu a nossa solicitação, submeter à apreciação da Casa o seguinte requerimento: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após a aprovação do Plenário, o envio de ofício ao Senhor Governador do Estado, apresentando agradecimentos pelas informações prestadas referente à questão da regularização das propriedades agrícolas de Terra Roxa, ao mesmo tempo em que solicita a estipulação de prazo para a efetiva legalização dos lotes sem escrituras que sobem a mais de mil unidades.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

De posse de informações que nos foram prestadas pela Secretaria de Agricultura a respeito do problema dos mais de 1.000 lotes agrícolas sem as competentes escrituras no município de Terra Roxa, cumprimos o dever de apresentar nossos agradecimentos ao Senhor Governador do Estado pela determinação de atendimento à proposição por nós apresentada na sessão plenária de 09 do corrente.

Cientes estão de que se aguarda tão somente o término de estudos necessários à regularização daquelas terras, colhemos a oportunidade para, pelo presente intermédio, solicitar ao Chefe do Poder Executivo do Estado, a determinação de prazo para a efetiva legalização das propriedades agrícolas ainda irregulares no município de Terra Roxa.

Tal medida seria o interesse maior dos senhores proprietários que lhes proporcionaria segurança e um necessário norteamento de decisões, além de revisão em seus planos de transferência para outros Estados da Federação”.

Porque, Sr. Presidente, de posse de informações que nos

foram prestadas pela Secretaria de Agricultura, a respeito desse problema, que nós acabamos de dar conhecimento à Casa, nós entendemos que deva o Sr. Governador merecer os nossos agradecimentos pela determinação de atendimento à proposição por nós apresentada, na Sessão Plenária do dia 09 do corrente, e que foi unanimemente aprovada por este Plenário.

Então, Sr. Presidente, cientes de que se aguarda tão somente o término de estudos necessários para a regularização daquelas terras, nós ainda pretendemos solicitar de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que determine prazo para efetiva legalização das propriedades agrícolas ainda irregulares no município de Terra Roxa.

A razão dessa indagação, Sr. Presidente, prende-se ao fato de que haveria, se o Sr. Governador pré-determinasse uma data, não uma data irreversível evidentemente, haveria o interesse bem maior dos Srs. proprietários dos lotes de Terra Roxa, no sentido de lhes proporcionar uma ampla segurança e um necessário norteamento nas suas decisões, além, evidentemente, da revisão nos planos que possuem de transferência para outros Estados da Federação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e solicito aos eminentes companheiros, que dêem o seu voto favorável a esse nosso requerimento.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, no Pequeno Expediente, José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Vivemos, um momento de apreensões na vida pública que está a exigir de todos nós, uma tomada de posição.

O caminho percorrido por essas apreensões é realmente muito longo. Dúvidas e incertezas em todas as áreas de atuação, nos dificultam — quando não, nos impossibilitam — nossa trajetória em busca de soluções viáveis. Dúvidas no campo “legislativo”; no “administrativo” e agora também no “judiciário”.

A mim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-me que o Governo Federal nos empurra para o lado oposto ao da confiança; nos afasta da coragem.

Nosso País vive com MEDO e esse medo dos nossos governantes é transmitido a todo o povo quase que propositalmente.

O PODER JUDICIÁRIO, por sua natureza e fim, não poderia e nem deveria ser castrado, e está sendo.

O PODER EXECUTIVO, dita normas anormais — como o depósito restituível — numa confissão pública de que o planejamento jamais foi planejado.

O PODER LEGISLATIVO é o poder que não pode, ou pode pouco, sobretudo, porque o Governo “poda” muito.

Resta-nos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o quarto Poder, o PODER DA IMPRENSA.

Apesar da imprensa estar vivendo momentos de angústia, se impõe vitoriosa, carregando no lombo — quase que sozinha — o pacote de confiança e coragem que distribui a todos nós.

A censura — esse dragão asqueroso, de fogo nas narinas, lança suas chamas em vários jornais, rádios e televisões, queimando artigos e destruindo “tapes”. “É a prensa na imprensa”.

E ainda assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ela continua sua trajetória dignificante, qual seja, de levar a confiança, a quem já a perdeu; de levar amor onde existe o ódio; de transmitir coragem a quem tem medo; de levar o povo ao governo, quando o governo esquece o povo.

O Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, graças a Deus, tem uma imprensa que muito nos orgulha.

A imprensa do Paraná, e os seus homens, independentes da cor partidária que possam ter, é o elo de ligação entre o povo e a classe política.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço referência

especial ao artigo do jornalista JOELMIR BETING, transcrito pela "Gazeta do Povo", em data de ontem.

Não importa que o articulista esteja radicado em São Paulo, não só, porque o assunto é de interesse nacional, mas porque a "Gazeta do Povo" é nossa e o mantém em seu quadro de redatores e colunistas.

Merecem pois, o articulista e a "Gazeta do Povo", as nossas homenagens.

Como merecem as nossas homenagens, os órgãos de imprensa livre do Estado do Paraná".

Assim, este Deputado que fala no Pequeno Expediente, pede conforme já encaminhou à Mesa, que seja transcrito nos Anais desta Casa, o artigo deste valoroso economista que não é patrimônio brasileiro, é patrimônio internacional, que fala e relata os programas do petróleo no Brasil, que faz os comparativos e mostra a realidade do mundo em que vivemos.

E então, fazendo justiça, peço aos Srs. Deputados, para que fique nos Anais desta Casa, um artigo de tamanha profundidade, escrito por este admirável jornalista, sob o título de "Os Resultados da Petrobrás".

Portanto, esta é a minha justificativa para o requerimento que encaminhei à Presidência, ao qual peço aos nobres pares, Deputados do MDB e ARENA, a aprovação.

Eram estas as minhas palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Dou a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós pertencemos à ARENA por convicção. Somos daquelas pessoas que aplaudem e que elogiam a fórmula como se dirige o Brasil hoje. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mesmo sendo daqueles que há muito aplaudem as medidas que se tomam neste País, hoje nós não poderíamos, de maneira nenhuma, com a sangria que é feita hoje na agricultura nacional, fazê-lo. Tivemos, no fim do ano passado, por força que o Governo tenta justificar, a retirada dos subsídios para fertilizantes. Ainda no fim do ano passado, as entidades de classe, representativas da triticultura, não só no Paraná, mas, principalmente, dos Estados do Sul, onde se planta este produto, já pleiteavam, em expurgos econômicos, um aumento ou fixação do preço mínimo condizente, pelo menos, para empatar com o que se gastava para plantar e colher o trigo, que era de 223 cruzeiros por saca. O Governo, nos cálculos dele, relutou, veio ao Paraná especificamente na reunião, através do Ministro da Agricultura e fixou um preço irrisório que foi de 170 cruzeiros e 40 centavos a saca. Por outro lado, tivemos o imposto de renda aumentado de 5 para 25 por cento, os juros, com mais financiamentos, com mais rigidez, com mais dificuldades para o lavrador, principalmente o pequeno, e os juros a aumentar. Já a uns 10, 20 dias atrás, as entidades representativas de classe, também já gritavam, um pouco desesperadas, com o aumento que naquela época lhes tomava conta de um fantasma que predominava no café, que é o confisco cambial no café; e, também o Rio Grande do Sul e Paraná e, principalmente, estes dois Estados maiores produtores de soja, hoje estão lendo, com tristeza, a nota publicada em que o Governo estaria também criando, ou já criou, o confisco cambial para o soja, em 7 cruzeiros e 50 centavos.

Sr. Presidente, apesar do tempo ser pouco, e não haver possibilidade de transmitir por completo a nossa posição, o nosso pensamento, temos certeza, que os plantadores de soja do Paraná, se pudessem falar, se tivessem condições de vir à tribuna estariam falando a mesma coisa que nós.

Portanto, queremos deixar, nestes 5 minutos, a posição que não é nossa, mas do agricultor paranaense, de repúdio ao confisco cambial, que quer se implantar sobre o soja, fazendo

com que a nossa agricultura que tantas divisas traz, que tantos dólares soma, neste país, seja sempre olhada como a responsável pelo que acontece, economicamente falando. É sempre a agricultura, o cavalo de pau, de onde se procura tirar, para se colocar em outros setores do Governo.

A agricultura que precisaria — neste momento em que o Brasil atravessa uma das mais difíceis fases — mais incentivos, menos burocracia, maior apoio, vem mais uma vez sendo sangrada em favor de outros setores.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica aqui, mais uma vez, expressa, a tristeza dos lavradores do Paraná, pelo confisco que ora se tenta impor, sobre o novo "produto nobre" que é o soja, que tantas divisas, tantas riquezas está trazendo a esse nosso País, ao povo do Paraná, e que muitos acham que deve continuar pobre, cada vez mais pobre. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Deverão chegar em nossa Capital no próximo sábado, os integrantes de uma inusitada competição. Uma caravana de cavaleiros que partiu de Ourinhos; pretende vencer 400 quilômetros em 10 dias. E ela vai bem como nos tempos de outrora.

Participamos sinceramente do movimento em favor de tais competições, primeiro por um estímulo à substituição da máquina, consumidora de petróleo, pela nossa montaria comum.

Segundo, por ser uma homenagem à tradição brasileira, dada a imensa importância que o cavalo desempenhou tanto nas lides da guerra como nos duros trabalhos da paz.

A história gravou as famosas viagens a Sorocaba, então o grande centro comercial do Estado de São Paulo que atraía mercadores de todo o Sul do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. E é curioso revelar que parte da estrada então percorrida pelos que se dirigiam à feira de Sorocaba, ainda é parte do leito da estrada atual.

Ainda nas décadas de 30 ou 40, quem não se lembra ou não ouviu falar, das pitorescas carrocinhas e carroções de poloneses, russos, italianos e alemães, puxadas por animais cavaleares transportando madeira, erva mate, verduras, frutas e toda sorte de riquezas?

Para com os trabalhadores ou carroceiros de então, temos uma grande dívida: — a de que foram os pioneiros nos meios de transportes, antecedendo os automóveis e caminhões de hoje. E os animais de outrora que se alimentavam de alfafa, milho etc., deram por sua vez, à custa do tão desejado progresso, oportunidade a que as modernas máquinas de hoje que se nutrem de petróleo.

Não pretendemos o retorno aos meios primitivos de transporte, mas desejamos, como todo o Brasil, que se faça o máximo de economia desse tão caro combustível.

Em face das razões expostas e na oportunidade da interessante cavalgada, seria muito oportuno que os Senhores Secretário da Agricultura e da Indústria e Comércio promovessem toda sorte de estímulos para a criação de cavalos, tanto para a montaria como o destinado à tração, bem como os estímulos necessários para as fábricas de carroças, carroções e charretes, incentivando-se o seu uso sempre que haja a possibilidade de se economizar combustível importado e destinado aos veículos auto-motores.

E, na oportunidade, renovamos a nossa solidariedade aos cavaleiros vindos de OURINHOS, na certeza de que será uma grande festa quando da recepção aos componentes daquela caravana, no dia de sua chegada em Curitiba, numa verdadeira manifestação de integração sul-brasileira, e no reconhecimento de que foi sobre o dorso de animais cavaleares que a nossa Pátria escreveu as epopéias das Bandeiras, e fez a própria integração

nacional, quando não em zonas navegáveis, e que foi o casco de cavalos que homens de muita energia e fé levaram as fronteiras do Brasil até as encostas dos Andes”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Tnomazoni). — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, para o Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos encaminhar à Mesa uma sugestão tendo em vista que se discute, no País, a reformulação das leis pertinentes à Previdência Social, principalmente na parte relativa ao trabalhador rural.

Há tempos, surgiu em nosso País, e talvez uma dessas contradições tão comuns, justamente numa das regiões mais ricas, a figura do chamado “bóia-fria”. E, até há bem pouco tempo, os principais responsáveis pelos órgãos previdenciários do País afirmavam categoricamente que desconheciam essa figura.

O caso era negado. Mas, como acontece em todos os casos que surgem no País, o Sr. Ministro do Trabalho acabou vindo ver, e constatar pessoalmente, numa cidade do interior do Estado de São Paulo, a existência dessa figura. Ao que se sabe, medidas, principalmente no setor previdenciário, estão sendo adotadas, reformulando, inclusive, a Legislação Trabalhista do País, para que, finalmente, essa figura desconhecida passe a ser encarada como um cidadão brasileiro, como realmente é.

Mas, o procedimento não tem sido assim somente para este caso.

Estamos, hoje, frente a outros casos em que se prepara legislação específica para os casos determinados. Foi assim com a reforma agrária implantada no País, a qual, sob muitos aspectos mais violentado que a preconizada no Governo do Sr. João Goulart, trouxe mais problemas do que soluções.

E a fim de que o assunto não fique apenas restrito às alegações técnicas do requerimento, nós devemos dizer que também foi aquela uma legislação casuística, como quase toda a legislação que existe neste País.

Há necessidade de se encontrar uma solução para um determinado problema. Então, legisla-se para aquele problema sem que se indague se esta legislação é o remédio para a causa ou o paliativo para os efeitos do problema.

Na Reforma Agrária, cometeu-se o grande absurdo de se estabelecer um plano de reforma igual para o Nordeste brasileiro, para o Centro do Brasil e para o Sul do Brasil.

Ora, nós sabemos que no Estado do Rio Grande do Sul, mais de uma família vivem num alqueire de terra. E vive bem, integradas à sociedade. Até com os filhos destes agricultores cursando a Universidade.

Em nosso Estado do Paraná, considerado como detentor de uma área de terras das mais férteis do mundo, muitas famílias passaram a viver e se estabeleceram por conta própria em áreas de um alqueire ou dois ou até cinco alqueires, no mínimo, daí para cima. E todos nós sabemos que viviam como aquelas que ainda possuem uma pequena área de terra: viviam bem.

A Reforma estabeleceu módulos para a divisão da terra, módulos mínimos interferindo no direito de propriedade, proibindo a venda de áreas. E parece-me absurdo, por exemplo, de cinco, de sete ou conforme o caso, até dez alqueires, no Norte do Paraná...

O Sr. Fideicino Tolentino — No Oeste.

O SR. MUGGIATI FILHO — No Oeste, (obrigado pela colaboração de V. Exa.) quando nós sabemos que quase toda ela em poder de terceiros, a terra possui outro valor que não aquele das colonizadoras de há vinte ou trinta anos atrás. E que não somente esta regra jurídica leva muitas vezes os proprietários a uma derrocada, sendo obrigados a venderem

toda a sua propriedade por não poderem vender parte dela, como também não é solução alguma de incentivo para que o produtor do Norte do Paraná vá para o Mato Grosso ou outros rincões do País.

Principalmente depois que se sabe que tem sido divulgado até pela imprensa internacional o grande perigo que existe na ausência de saneamento das terras da Amazônia, nas febres desconhecidas que grassam por lá, e na incapacidade atual que a administração pública tem de efetuar esse saneamento.

Resultado: os desajustes sociais aumentaram nas cidades, ante o êxodo rural que vem, ao mesmo tempo em que se processa o desenvolvimento industrial no País. Nós dizemos isto no nosso requerimento; que, sociologicamente, o êxodo rural é atribuído ao desenvolvimento industrial.

Mas, teria sido só essa a motivação?

Não; porque é anterior a esses fatos, a existência dos fatos a que nós estamos nos referindo e, entretanto, somente, agora, em que, inclusive, nos órgãos culturais do País, se apontam os desajustes sociais, como a principal causa da criminalidade, ou do aumento da criminalidade no País, é que parece que a Nação se volta para encontrar uma solução. É preciso, no entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta solução não seja casuística também, porque o casuismo não existe só na vida política, propriamente dita, deste País; existe na política econômica, na política agrária, na política industrial, na política familiar. Tudo que se legisla neste País, parece, se legisla casuisticamente.

Por isso, Sr. Presidente, hoje — e já não é mais demagogia falar-se na figura deste trabalhador, para o qual, no entanto, não nos parece que as soluções apontadas sejam as ideais —, queremos submeter à Casa o nosso requerimento, e pedimos mesmo que, se ele não representar o consenso dos Srs. Deputados, não seja aprovado por simples liberalidade.

Mas, se for aprovado, que represente, na verdade, as soluções viáveis, pelo menos para o nosso Estado, porque a grande dificuldade que se atravessa num País como o nosso, está justamente em relação à sua dimensão; não se podem estabelecer regras agrárias para a economia da cana, no Nordeste brasileiro, a economia da soja, no Sul do País e a economia do café no Norte do Paraná e em São Paulo. São culturas completamente diferentes. E nós sabemos que as regras que figuram em lei, nos nossos contratos agrários, muitas vezes são contraditórias, a ponto de até hoje haver divergência nos nossos pretórios, quando se decide sobre os preços dos contratos rurais. Por isso, tentando prestar uma colaboração àqueles que se propõem legislar, tentando, principalmente, não digo nivelar porque seria humanamente impossível, de imediato ou a curto prazo, mas fazer com que o desnivelamento que existe entre o trabalhador rural e o proprietário agrícola se modifique no sentido de que se diminua o abismo existente entre ambos, para que possam desaparecer as desavenças e a própria situação completamente antagônica em que se colocam essas figuras hoje em nosso Estado, por isso é que propomos as soluções que vêm em seguida.

O requerimento está assim vazado: (Lê):
“Senhor Presidente.

Sem contestações, compreende-se que, ao passar da fase agrícola para a industrial, o que caracteriza a sociedade é o êxodo rural.

Fato social que se repete em todos os países que entram em fase de desenvolvimento, tem sido repetido, como argumento sociológico dos mais convincentes por todos quantos encaram o problema, inclusive pelos governantes.

Tais considerações parecem oportunas quando, enfim, o Ministério do Trabalho entendeu oportuno reconhecer a existência, a cada dia que passa mais agravada, da figura do Trabalhador “Bóia-Fria”.

Negada a princípio a sua existência, e até reiteradamente,

pelos dirigentes de nossos órgãos previdenciários e trabalhistas, que a atribuíam, enfaticamente, à criatividade da Oposição, que há vários anos vem focalizando o problema em nosso Estado, finalmente, houve por bem o Governo, pelo titular da Pasta do Trabalho, de se curvar sobre o gravíssimo problema. E, fora de qualquer dúvida: muito mais grave, pelas suas implicações, do que o Sr. Ministro esperava encontrar, para quem "o trabalhador rural é marginalizado é a principal causa dos problemas sociais existentes nas periferias das grandes cidades" ("Folha de São Paulo", ed. de 23/05/76).

O problema é, pois, de âmbito nacional. As medidas que se anunciam, igualmente, são de origem geral e, vale acrescentar, visam aos efeitos e não à causa do problema.

Ao alterar o Código Civil, na parte relativa aos contratos agrários e ao introduzir no País a Reforma Agrária, o Governo cometeu erros gritantes, inclusive ferindo frontalmente o direito de propriedade.

Na vigência das regras amplas das parcerias ou arrendamentos do Código Civil, cada região — o que é o lógico num País de vasta área territorial e da mais variada agricultura como é o Brasil — tinha costumes próprios, que seriam logicamente, quando deles se cogitassem, as fontes naturais às modificações legislativas que visassem ATUALIZAR a existente.

E como regra sem exceções, o trabalhador rural, bem ou mal, contava com moradia no imóvel de suas atividades.

Havia para serem corrigidas as distorções dos proprietários ou fazendeiros que entregavam aos seus parceiros, arrendatários ou operários agrícolas, habitações sem as mínimas condições de higiene e conforto.

As novas leis, entretanto, no Norte do Paraná, que por muitos anos tem sido a maior fonte de divisas da Nação, estabelecendo módulos mínimos para a venda de áreas cultiváveis, adotou a política de extermínio do pequeno agricultor, justamente aquele que fez da região o exemplo universal de progresso espetacular pela iniciativa privada.

O pior, porém, foi o descalabro social da aludida legislação: colocou entre o trabalhador e o proprietário um fosso intransponível de desconfiança. Eles que quase chegavam a formar, nos sítios e fazendas bem administrados, uma só comunidade, transformaram-se em inimigos.

Esta é a dura realidade, que, também, deve ser levada em consideração como causa do êxodo rural e do surgimento da figura do "Bóia-Fria".

Instalados em favelas, que outra coisa não são os ranchos de uma só peça que alugam, vivendo a família em promiscuidade, mal alimentados, com grande número de filhos, sem instrução, constituem os "Bóias-Frias", o exemplo gritante da injustiça social neste País. E todos nós sabemos o que pode gerar tal situação.

Abordando o problema com rara precisão, o professor Vitorino Prata Castelo Branco, Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Criminal, numa conferência perante o Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro, destacou:

"Quando os privilegiados são poucos e os desesperados pobres são muitos e quando a brecha entre os dois grupos aumenta invés de diminuir, é uma simples questão de tempo até que seja preciso escolher entre os custos políticos da reforma e os riscos políticos da rebelião — quem o diz, acentua o mestre, não é um revolucionário, é Robert McNamara, Presidente do Banco Mundial, na Assembléia Conjunta do Fundo Monetário Internacional, realizada em setembro (1972), na cidade de Washington".

Entendem-se, pois, que o trabalhador rural deve residir no imóvel de suas atividades, ter segurança de justa remuneração e do atendimento dos órgãos previdenciários e assistenciais.

Por outro lado, o proprietário deve sentir todas as garantias legais à sua condição de dono da empresa agrícola.

Em razão do exposto, pede que, ouvida a Casa, se encami-

nhe, sugestão aos Senhores Ministros ARNALDO PRIETO e NASCIMENTO E SILVA, do Trabalho e Previdência Social, respectivamente, no momento em que a matéria está em debate, visando ao reexame da legislação em vigor, no sentido de ficar assegurado ao trabalhador e ao proprietário rural, em lei, os seguintes princípios:

1 — Toda propriedade ou empresa rural deverá abrigar o trabalhador contratado, como operário, parceiro ou arrendatário, fornecendo-lhe habitação condigna.

2 — O Banco do Brasil, sempre que for o caso, financiará, sem juros, a construção de tais habitações, a longo prazo, ou, mediante descontos no I.R. devido pelo interessado.

3 — Expressa proibição da presença de intermediários ou aliciadores de trabalhadores, ficando tal prática caracterizada como crime a ser definido na legislação própria.

4 — Assegurar ao proprietário, em caso de infração contratual, a sua reintegração imediata na posse da habitação, uma vez apurada e declarada judicialmente a infração contratual, em processo sumaríssimo, cuja tramitação deverá ser concluída em prazo não excedente a 30 dias.

5 — Revogação ou revisão dos dispositivos legais e regulamentares que estabeleceram os módulos mínimos para os desmembramentos de áreas cultiváveis.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1977."

Tem o aparte, o Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Seria até pretensão da minha parte, pretender fazer uma contribuição a V. Exa., o que talvez sirva apenas para me solidarizar com essa alta importância que V. Exa. deu a esse problema tão crucial; o alcance social que V. Exa. pretende alcançar, eu acho que dispensa qualquer comentário, está desanuviada qualquer eventualidade de não se aprovar um requerimento desta natureza — me parece. E V. Exa. abordou com muita propriedade o assunto. É um dos que mais angustiam, se é que o governo sente angústia pelo problema social, é um dos que mais angustiam, porque ele alcança o trabalhador rural, e alcança o homem que foi para a cidade porque não tinha mais condição de viver no campo. Muitos deles, que eram proprietários, deixaram de ser proprietários porque este famigerado INCRA — que aliás, recebe ou recebia várias vezes, reiteradas vezes, críticas do próprio Ministro Rangel Reis — acho, deveria merecer do governo uma preocupação maior, talvez maior do que o problema social, e imediatamente, é um dos grandes responsáveis pela desagregação do homem, pela segregação do homem na sociedade, sobretudo, o homem do campo.

Este INCRA, que impôs esta modalidade administrativa de módulo, não é só na região do Paraná; procura instalar no País, nobre Deputado, uma forma de grandes empresas agrícolas, marginalizando e sucumbindo até o homem, a deixar a sua modesta moradia para ir para a cidade, procurar novos recursos.

O que que acontece em São Paulo? São Paulo não agüenta mais receber o agricultor, o homem que sem qualificação para o exercício de profissão, lá se estabelece, em São Paulo, e cria verdadeiras massas de favelas. Aqui em Curitiba, na periferia de Curitiba, quantos que saindo das roças de café, vêm para cá na busca de dar aos seus filhos, quem sabe, uma vida melhor, acesso aos estudos. E aqui, as escolas de Curitiba, estão cheias de alunos e até não suportam mais o recebimento de alunos. Então, é um problema social de muita profundidade.

Eu até fico homenageado de ver V. Exa. preocupado com um problema desse, que confesso, não teria condições de abordar como V. Exa. abordou, com tanta propriedade.

E aliás, a Constituição Federal, que a toda hora está sendo rasgada por quem deveria e que a ela jurou cumprir, que está sendo rasgada sobretudo, na questão da ordem econômica e social, fala o seguinte:

"A ordem econômica e social, tem por fim realizar o de-

envolvimento nacional e a justiça social, com base nos seguintes princípios:

"Liberdade de iniciativa; Valorização do trabalho como condição de dignidade humana; Harmonia e solidariedade entre as categorias sociais de produção.

Função social da propriedade. E os pequenos agricultores proprietários, se vendem dois alqueires, ou 5 alqueires, já não podem mais, senão para aumentar a sua propriedade, vender a terra. E só podem vender, quando tiverem anexado outra propriedade maior.

É um absurdo, é uma lástima, é um atentado contra a própria segurança e estabilidade; não só de habitação, de condições mínimas de subsistência, mas de equilíbrio emocional, que ofereça condições primárias, para que o homem desenvolva sua família.

Eu penso que este tumulto criado na propriedade, vem trazer um agravante específico, para a propriedade; e o êxodo é uma preocupação que todos os jornais publicam. Aliás, a imprensa tem dado uma colaboração extrema, para abrir os olhos dos homens que são de gabinete. Os desníveis que existem entre o trabalhador e o proprietário são seríssimos, e mais do que podemos pensar. Como frisou V. Exa. nas entrelinhas, podem criar agravantes que podem até redundar numa modificação da estrutura do regime nacional, do regime brasileiro, do regime democrático.

E o Governo, tão preocupado em lançar mão das leis de exceção, não percebe que ele é o principal precursor do desencadeamento de um problema no futuro não muito longe. E ao governo, deve ser debitado este problema, se por ventura não se conscientizar deste processo evolutivo.

Congratulo-me com V. Exa. e manifesto aqui neste momento, apresentando a minha profunda consternação pela falta de eficiência dos órgãos administrativos que não alcançam a extensão do problema.

Era o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço a V. Exa. nobre Deputado Fidelcino Tolentino, o aparte; V. Exa., que é um estudioso da matéria e sei também que em V. Exa. falou a voz da experiência de advogado afeto às lides trabalhistas.

Recebo com muita honra a colaboração de V. Exa., que veio ilustrar nosso modesto trabalho.

Muito obrigado.

O Sr. Lázaro Dumont — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Muggiati Filho, é realmente com satisfação que eu assisto o pronunciamento de V. Exa. hoje. E é pena que o tempo de que dispomos seja tão pequeno e o assunto tão importante e tão longo.

Mas fico realmente satisfeito que V. Exa. tenha trazido para a tribuna o problema desses trabalhadores rurais. E concordo plenamente com o que diz — e nós somos testemunhas disso, porque em abril completamos 17 anos de sindicalismo. Assim, desde 1961, quando tive a primeira oportunidade de numa reunião em São Paulo, debater o problema do "Bóia-Fria" 8 anos de Estatuto do Trabalhador Rural, Estatuto da Terra que, se alguém quer culpar como a causa, nós não concordamos. Porisso, fico satisfeito porque V. Exa. apresenta algumas sugestões que coincidem com nosso pensamento e com o pensamento do Movimento Sindical Brasileiro, que deseja uma solução para o problema, realmente angustianete. E só de algum tempo para cá é que as autoridades acordaram para este problema; quantas dificuldades, quantas reivindicações, quantos memoriais. E nós, inclusive tivemos oportunidade de trazer o problema a esta Casa, e tentar conscientizar as autoridades, porque o problema realmente existia, existe ainda e necessita de uma solução.

V. Exa. falou também do processo de Reforma Agrária. Tivemos, no final do ano passado, em Cascavel, a entrega, pelo

Sr. Presidente da República, de Títulos de Propriedade, em número de 100 mil. Mas, o processo de Reforma Agrária Brasileira, é hoje mais um processo de legalização de posse da terra, do que propriamente um processo positivamente de Reforma Agrária, que é de distribuição de terras àqueles que não têm terra.

Senão vejamos: temos na verdade hoje, 8 milhões de pessoas sem terra, que trabalham na terra.

O Estatuto do Trabalhador Rural foi criado em fins de 65, e somente 11 anos depois é que se fez a entrega do título 100 mil!

Não quero tomar muito o tempo de V. Exa., mas devo dizer que fico contente pela sugestão que V. Exa. apresenta. Embora V. Exa. seja Deputado da Oposição, devo dizer que farei divulgar, em todos os sindicatos do Paraná, esse pronunciamento de V. Exa., principalmente naqueles sindicatos que são mais afetos pelo problema do "bóia-fria".

Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, já que estamos fazendo uma radiografia das diversas regiões, para colaborar com V. Exa. devo dizer que, há poucos dias, soube, existem no País, hoje, 550 mil e 40 propriedades rurais. Imagine V. Exa., como pode existir, num País deste tamanho, somente esse número de propriedades rurais?

Pois bem, em nossa região, foi feita a entrega do centésimo milésimo título de propriedade, entrega essa feita pelo Presidente da República. Não quero entrar no mérito desse título específico — mas, a minha região é a que, hoje, contribui, sem desmerecimento das demais, com 42 por cento dos produtos agrícolas exportáveis, e tem a maior parte de suas terras tumultuadas. E mesmo no município de Cascavel, onde já estava regularizada a situação de duas glebas, vai o INCRA e cria um tumulto. E ainda há poucos dias, houve mortes na região.

Era o esclarecimento que desejo fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo está esgotado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado, Sr. Presidente. Estou concluindo.

Agradeço o aparte do Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Pela ordem). — Sr. Presidente, na qualidade de vice-líder, desejo transferir o horário da Liderança do MDB ao nobre Deputado Muggiati Filho.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência concede ao nobre Deputado Muggiati Filho os 15 minutos destinados à Liderança do MDB.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradecemos, mas estamos caminhando, nesta altura, para o final de nosso trabalho.

Ao ilustre Deputado Lázaro Dumont gostaria de acrescentar que seu aparte mereceu nossa melhor consideração e se reveste também da validade que sua experiência, no setor, tem registrado, nas ligações que V. Exa. mantém com representantes das classes rurais.

Achamos realmente, nobre Deputado, que nesse ponto, no ponto da colocação do problema, entendo, sempre entendi, que a lei é feita para que resolva um problema do povo. E os problema do povo que têm sua função nos dispositivos da lei, não podem ter cor partidária.

Acreditamos que, não raro, vive-se neste País, um período em que as minorias são relegadas a um plano de esquecimento, a uma posição que lhe nega qualquer autoridade como representante dos anseios, das reivindicações populares. Ocasionalmente há porém em que podemos atingir esse plano elevado, que é o plano ideal, e no qual se poderá, realmente, legislar com amplo sentido, na certeza de que a Lei feita representa a solução do problema.

Agora, a nossa poderação: V. Exa. acentuou bem, a refor-

ma agrária tem sido realizada, mais visando à distribuição de títulos de terra do que propriamente a outros objetivos que são tão fundamentais como este.

Inegavelmente o ajustamento do homem à terra é uma solução inadiável, e que traz o bem social. Mas, por ter sido justamente vazado em termos de aplicabilidade muito discutível, em que a legislação falha pela dimensão do País e por ser ela muito restritiva em determinados pontos, é mais um motivo para que ela mereça uma revisão e até uma reforma.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa., permite um aparte?

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o complemento também do nobre Deputado Fidelcino Tolentino e concedo o aparte ao Deputado Lúcio Machado.

O Sr. Lúcio Machado — Obrigado. Gostaria de permanecer ouvindo a expressão de seu conhecimento e a característica formal de sua inteligência que sempre expressou em suas palavras, principalmente quando se fala com tanta sabedoria sobre o problema agrário e sobre o homem que lavra a terra. Parece-me de foi Benjamin Franklin que expressou: "Destruam-se as cidades, se necessário for, mas mantenham-se os campos ativos, que as cidades serão reconstruídas em breve".

O que tem havido nestes dez anos, nobre Deputado, é a verdadeira destruição do campo. Eu falei desta tribuna, muitas e muitas vezes, sobre o êxodo rural. São milhares de trabalhadores que abandonam a terra em busca da cidade, numa luta pela sobrevivência de seus familiares. E isto, nós vemos aqui em Curitiba. Eu vi pessoalmente, porque fui pesquisar muitas vezes, dezenas e dezenas de famílias transportando suas mudanças nas costas. Deixaram o trabalho da lavoura e com famílias inteiras vieram à Capital em busca de meios de sobrevivência. É de se perguntar nesta oportunidade: de que vale a Lei de Proteção ao Trabalhador?

De que valeu a Reforma Agrária?

Concluiu-se tudo isto simplesmente no tocar, no expulsar o homem da mão calejada, do campo, que se encontrava produzindo. E, permita-me ainda afirmar, que tipo de sindicato é este do trabalhador rural que, ao invés de orientar o Governo para acordá-lo do sono latente que dorme, não o faz, ante a criação maior da miséria que está refletindo na grande cidade. Está aí faltando o arroz, está aí faltando o feijão, está aí faltando o alimento, se não me engano o óleo de soja, esta semana vai de Cr\$ 10,30 para Cr\$ 14,50.

O que vale esta representação de classe, da classe mais importante deste País, que é aquela que produz alimentação nacional, se não age, ativamente, para que o homem seja incentivado a voltar à terra?

Mas, o que o Governo não deu, foi condições para que esse trabalhador ficasse na terra, produzisse na terra dada pela Reforma Agrária.

Que tipo de reforma agrária é essa?

Então, nobre Deputado, para expressar a minha admiração mais uma vez, o meu respeito pela sua inteligência, pela sua capacidade, sobretudo pelo seu conhecimento sobre o abandono em que vive o trabalhador, o lavrador deste País, o trabalhador da terra desta Nação, é que pedi o aparte. Meus parabéns, e seu discurso haverei de guardar nos meus arquivos, pelo respeito que tem ao homem abandonado, massacrado e vítima até, de uma demagogia oficial imposta a este País.

Muito obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado a V. Exa. ...

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. concede um aparte?

O SR. MUGGIATI FILHO — ... generoso nas suas afirmações, das quais declinamos mas, que, representam incentivo e refletem, realmente, uma voz firme ao lado do trabalhador, na solução de seus problemas.

Concedo o aparte a V. Exa., Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Muggiati, gostaria de retificar uma questão de número, de que o Sr. Presidente da Repú-

blica, não sabia quando foi a Cascavel, que dos cem mil títulos cuja entrega ele foi fazer, o que ele não sabia é que por erro, por birra, por burocracia emperrada, cerca de dois mil títulos entregues na presença deste Deputado e do nobre Presidente desta Casa, Ivo Thomazoni, na cidade de Marmeleiro, foram recolhidos, porque o ITC brigou com o INCRA e, já há mais de 3 anos estão nesta briga, e os homens do campo, em Marmeleiro e Renascença e outros lugares do Sudoeste, estão sem títulos. Portanto, é bom que se diga, se retifique — houve um engano, o Presidente da República não entregou o centésimo milésimo título; dois mil foram recolhidos e, até hoje, não foram entregues novamente.

Mas, Sr. Deputado, no relatório do Sr. Governador, lido nesta Casa, que nós estamos analisando com bastante carinho, constatamos que o ITC, uma repartição organizada para expedir títulos de terras, em primeiro lugar, e mapear o Estado, em segundo, e o Sr. Governador teve até um pouco de senso de bom humor, porque diz que o ITC entregou, em 1976, mais de mil títulos. Vejam bem, Srs. Deputados, que mais de mil podem ser dois mil! Mais de mil.

Uma repartição inteira, com bastante funcionários, dá, em seu relatório, a entrega de mil títulos, durante um ano! Nós iremos a essa tribuna, para analisar isto.

Mas, o Senhor falou em "bóias-frias", infelizmente, há contradição neste sistema econômico vigente no Brasil, não sei se é sistema, e eu quero fazer profissão de fé socialista para que não me interpretem mal, sempre apendemos que num regime neo-capitalista, como classificou o Sr. Presidente da República, socializam-se os lucros e privatizam-se os prejuízos.

Mas agora isso mudou, porque o sistema econômico brasileiro é completamente incoerente e o Paraná vai ter mais "bóias-frias" porque o Paraná é vítima agora no regime socialista, porque, se socializarão os lucros do soja, que se espalharão através do confisco pelo País inteiro e os prejuízos vão ficar nas costas do produtor e nas costas deste sofrido Estado, que vai perder rendas com o soja e o confisco do soja. A mesma coisa se está fazendo com o trigo e é por isto que, infelizmente, o Senhor vai ter que voltar para rever seus números, porque o número de "bóias-frias" aumentará no Paraná, repito. Procura-se socializar o lucro deste Estado e privatiza-se o prejuízo, numa inversão a este regime que se diz neo-capitalista, porque é neo-capitalista para os grandes, mas carrasco para os pequenos.

O SR. MUGGIATI FILHO — Nobre Deputado Deni Schwartz,

V. Exa., como o Sr. Fidelcino Tolentino, entre os que me apartearam, representam uma das regiões no Paraná que mais tem sofrido o problema da posse da terra. Para ser exato, este problema vem se arrastando em nosso Estado, com a gravidade ora acentuada, ora atenuada, há mais de 25 anos.

A previsão que V. Exa. faz no tocante à ingerência, vamos dizer, nos lucros, na distribuição dos prejuízos, pode ser que ocorra realmente, porque é natural que isto aconteça, desde que verificada a hipótese aventada por V. Exa. O trabalhador será o que menos defesa tem. Mas, neste País, os problemas são equacionados solucionados como meros casos fortuitos, às vezes até como ocasionais. Não se equacionam, não se procuram as soluções dos problemas como se deveriam.

No exemplo de Paul Singer, representam um comboio para o qual a velocidade deve ser, a do navio menor e não a do maior. Como neste País se dão velocidades exageradas a determinados navios dos comboios na solução da problemática social, então gera-se sempre o desgoverno.

O Sr. Luiz Alberto Oliveria — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MUGGIATI FILHO — Estou com o tempo esgotado e já fui alertado por S. Exa. o Sr. Presidente. Do contrário concederia o aparte a V. Exa.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Espero ter, em outra oportunidade a possibilidade de apartear V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado a V. Exa. — Com

revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência consulta o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, se a ARENA ocupará o espaço que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Dispensado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Esta Presidência tem a honra de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. Paulo Libânio, DD. Prefeito Municipal de Santa Cruz do Monte Castelo, que se faz acompanhar do Sr. Vereador Argemiro Moura.

Registra, igualmente, com satisfação a presença do Sr. Homero Vicente de Paula, DD. Prefeito Municipal de Campina da Lagoa.

A Presidência informa ao Plenário que, de conformidade com o que preconiza o artigo 24, § segundo, da Constituição Estadual, de autoria dos Srs. Deputados Lineu Turra e Nilso Sguarezi, com apoioamento constitucional e regimental, que pretendia dar nova redação ao inciso terceiro, do § primeiro, do artigo 42, da Constituição do Estado do Paraná.

Da mesma forma, o mesmo procedimento será adotado pela Presidência, com relação à proposta de emenda à Constituição Estadual de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira e outros, que pretendia alterar a redação do inciso vigésimo, do artigo 47, da referida Constituição.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente.

Necessita de apoioamento.— APOIADO.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente.

Necessita de apoioamento.— APOIADO.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ORDEM DO DIA, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 137/76, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o Centro de Triagem e Obras Sociais do Vale do IVAÍ—CENTOS, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 12/77, de autoria do Poder Executivo, fixando, à partir de primeiro de janeiro, do corrente ano, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como dos integrantes da Polícia Militar do Estado. Com pareceres favoráveis da C.C.J. e C.R.H. e EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade e parecer favorável da C.F., por maioria — EM REGIME DE URGÊNCIA.—

PROJETO DE LEI NÚMERO 12/77

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão, das funções gratificadas dos quadros de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado ficam fixados, a partir de 1.º de janeiro de 1977, conforme as tabelas do anexo I, desta Lei.

Art. 2.º — Os vencimentos mensais dos membros da Magistratura, do Ministério Público, dos Conselheiros e Audi-

tores do Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado, junto ao mesmo Tribunal, ficam fixados, a partir de 1.º de março de 1977, nos valores constantes do anexo II, da presente lei.

Art. 3.º — A gratificação de produtividade instituída pelas leis 6569, de 25 de junho de 1974, 6593, de 15 de agosto de 1974, 6641, de 4 de dezembro de 1974 e 6787, de 31 de maio de 1976, fica majorada em 30 por cento a partir de 1.º de janeiro de 1977.

Art. 4.º — O valor do Salário Família atribuído ao funcionalismo estadual fica, a partir de 1.º de janeiro de 1977, fixado em Cr\$ 53,00 (cinquenta e três cruzeiros).

Art. 5.º — As vantagens instituídas pela lei 6212, de 09 de agosto de 1971, ficam com seus atuais valores acrescidos de 30 por cento, a partir de primeiro de janeiro de 1977.

Art. 6.º — As disposições desta lei aplicam-se, no que couber, ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado, ou posto em disponibilidade.

Art. 7.º — O valor previsto no artigo quinto da Lei 6537, de 15 de maio de 1974, alterado pelo artigo terceiro da Lei 6674, de 30 de maio de 1975 e artigo sexto da lei 6763, de 24 de dezembro de 1975, fica fixado em Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), a partir da data da publicação desta lei, sendo, em consequência, extinta a simbologia do referido cargo.

Art. 9.º — Nas tabelas a que aludem os artigos primeiro e segundo, da presente lei, serão desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 10.º — Os vencimentos e soldos de que tratam as tabelas anexas à presente lei englobam a gratificação de risco de vida e saúde, extinta e absorvida nos termos do artigo 57, da Lei 5978, de primeiro de agosto de 1969.

Parágrafo Único — Fica expressamente revogada e sem nenhum efeito toda a legislação, com as respectivas regulamentações, pertinente à gratificação de que trata este artigo.

Art. 11 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

TABELA I

PESSOAL EFETIVO DO PODER EXECUTIVO

NÍVEL	VENCIMENTO
1	1.030,00
2	1.040,00
3	1.050,00
4	1.080,00
5	1.100,00
6	1.130,00
7	1.160,00
8	1.190,00
9	1.220,00
10	1.250,00
11	1.280,00
12	1.310,00
13	1.340,00
14	1.370,00
15	1.400,00
16	1.430,00
17	1.606,00
18	1.822,00
19	2.031,00
20	2.250,00
21	2.464,00
22	2.676,00
23	2.892,00
24	3.105,00

25	3.318,00
26	3.533,00
27	3.749,00
28	3.962,00
29	4.175,00
30	4.423,00

TABELA II
PODER EXECUTIVO

a) POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	
Soldo do Posto de Coronel	6.760,00

b) POLÍCIA CIVIL	
Vencimento do Cargo de Delegado	
de Polícia de 1. ^a Classe	6.760,00

TABELA III
CARGOS EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO

CARGOS	VENCIMENTO
Secretário de Estado	15.336,00
Procurador Geral do Estado.	15.336,00
Chefes das Casas Civil e Militar.	15.336,00
Subchefe da Casa Civil	13.942,00
Diretor Geral (Lei 6636/74)	13.942,00
Diretor da Polícia Civil	13.942,00
Diretor Geral do DETRAN	13.942,00
Diretor do DER	13.942,00
Diretor Técnico do DER.	12.675,00
Diretor Administrativo do DER	12.675,00
Diretor do DIOE	13.942,00
Diretor do DEAM	13.942,00
DIRETOR DO IAM	13.942,00
Superintendente do IPE	13.942,00
Diretor do Departamento de Aplicação de Capital do IPE	11.115,00
Diretor do Departamento de Assistência Médica do IPE	11.115,00
Diretor do Departamento de Adminsitração Geral do IPE.	11.115,00
Diretor do Departamento de Previdência do IPE.	11.115,00
Diretor do IBPT	13.942,00

TABELA IV
CARGO EM COMISSÃO DOS PODERES
EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO
E DO TRIBUNAL DE CONTAS

SÍMBOLO	VENCIMENTO
1-C	6.346,00
2-C	5.841,00
3-C	5.373,00
4-C	4.944,00
5-C	4.548,00
6-C	4.183,00
7-C	3.852,00
8-C	3.543,00
9-C	3.261,00
10-C	2.997,00
11-C	2.763,00
12-C	2.538,00
13-C	2.334,00
14-C	2.148,00
15-C	1.978,00

TABELA V
FUNÇÃO GRATIFICADA DOS PODERES

EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO
E DO TRIBUNAL DE CONTAS

SÍMBOLO	VENCIMENTO
1-F	846,00
2-F	718,00
3-F	633,00
4-F	508,00
5-F	465,00
6-F	379,00
7-F	295,00
8-F	255,00
9-F	208,00
10-F	169,00

TABELA VI
PESSOAL EFETIVO DOS PODERES
LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, E DO
TRIBUNAL DE CONTAS

NÍVEL	VENCIMENTO
1	1.030,00
2	1.040,00
3	1.050,00
4	1.080,00
5	1.100,00
6	1.130,00
7	1.160,00
8	1.190,00
9	1.220,00
10	1.250,00
11	1.340,00
12	1.410,00
13	1.432,00
14	1.457,00
15	1.651,00
16	1.839,00
17	2.061,00
18	2.284,00
19	2.503,00
20	2.724,00
21	2.948,00
22	3.172,00
23	3.393,00
24	3.614,00
25	3.832,00
26	4.053,00
27	4.278,00
28	4.499,00
29	4.722,00
30	4.943,00

TABELA VII
CARGOS DA PARTE PERMANENTE DO
PODER LEGISLATIVO (EM COMISSÃO)

CARGO	VENCIMENTO
Diretor Geral	13.942,00
Diretor de Departamento	9.759,00
Diretor de Assistência Técnica	9.759,00
Tesoureiro Geral	9.759,00

CARGOS DA PARTE SUPLEMENTAR DO
PODER LEGISLATIVO

Diretor Adjunto	10.018,00
Assistente Técnico	10.018,00
Secretário de Comissão	8.817,00

Médico7.641,00

Promotor Substituto13.140,00

TABELA VIII
CARGOS DA PARTE SUPLEMENTAR DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

CARGO	VENCIMENTO
Secretário Geral	7.618,00
Diretor	7.300,00
Assessor Técnico da Presidência	6.666,00
Assistente Técnico da Presidência	6.666,00
Tesoureiro	6.666,00
Auxiliar de Tesoureiro	3.339,00
Secretário do Presidente	3.339,00
Delegado	3.339,00
Bibliotecário	2.893,00
Motorista	2.893,00
Assistente de Dealgado	3.339,00
Arquivista	2.893,00

TABELA IX
PODER JUDICIÁRIO

CARGO	VENCIMENTO
Diretor Geral da Secretaria do	
Tribunal de Justiça (em Comissão)	12.675,00
Vice-Diretor (em Comissão)	10.140,00
Assistente	9.510,00
Assessor Jurídico	9.510,00
Diretor Sec. A.C.G.J.	9.510,00
Assessor de Recursos	9.510,00
Assessor Administrativo de Imóveis	9.510,00

ANEXO II
TABELA I
MAGISTRATURA

cargo	vencimento
Desembargador	25.350,00
Juiz do Tribunal de Alçada	24.082,00
Juiz de Entrância Final e	
Auditor da Justiça Militar	22.532,00
Juiz de Entrância Intermediária	20.280,00
Juiz de Entrância Inicial	18.252,00
Juiz Adjunto	16.426,00

TABELA II
TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	VENCIMENTO
Conselheiro	25.350,00
Auditor	22.815,00
Procurador Geral Junto ao	
Tribunal de Contas	25.350,00
Procurador junto ao	
Tribunal de Contas	22.815,00

TABELA III
MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGO	VENCIMENTO
Procurador Geral da Justiça	25.350,00
Procurador da Justiça	22.532,00
Promotor da Justiça de	
Entrância Final e Curador	20.280,00
Promotor de Justiça de	
Entrância Intermediária	18.252,00
Promotor de Justiça de Entrância Inicial	16.426,00

MENSAGEM 52/77

Curitiba, 04 de março de 1.977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva fixar, a partir de 01 de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão do pessoal civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como os dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

Visa ainda o Anteprojeto de Lei em questão, fixar, a partir de 01 de março de 1977, os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas, do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

Devo inicialmente mencionar que o anexo Plano de Lei consubstancia criteriosos estudos realizados pelos Órgãos competentes da Administração que levaram em conta:

1. as disposições constitucionais relativas à manutenção da despesa global com pessoal, em bases que ofereçam um necessário equilíbrio ao Erário Público (Art. 64) da Constituição Federal e Art. 34 da Constituição do Estado);
2. as determinações da Carta Magna da Nação e da Legislação Federal aplicáveis à matéria;
3. a atual conjuntura financeira do Estado, bem como as dotações consignadas na Lei Orçamentária para o atendimento das Despesas de Pessoal;
4. as diretrizes e normas de Política Financeira, adotadas pela União e pela mesma recomendada aos Estados para a superação das dificuldades que monetariamente afetam a economia nacional.

Cumpra ainda assinalar que no bojo ao Anteprojeto pretende-se iniciar a correção de algumas das distorções verificadas no plano salarial dos Servidores do Estado.

O primeiro ponto que me parece relevante mencionar, diz respeito a correção do achatamento salarial que atinge atualmente os níveis inferiores de remuneração dos funcionários públicos.

No âmbito do Poder Executivo, tal achatamento abrange os 11 primeiros níveis dos Quadros de Pessoal, ensejado, por consequência, aos ocupantes desses níveis, que são distintos em responsabilidades, uma mesma remuneração, isto, em flagrante desacordo com as normas mais elementares que devem reger a hierarquia salarial.

Para correção desta situação, prevê o Anteprojeto a fixação de valores diferenciados para os níveis até então atingidos pelo achatamento.

Assim sendo, é prevista revisão dos níveis inferiores de remuneração em percentagens maiores que para as categorias mais elevadas, guardando, tal fato, coerência com a política financeira e salarial da União, de vez que, a estas categorias mais elevadas, se atribui aumento assemelhado ao concedido recentemente pelo Governo Federal a seus servidores.

Entendo que a concessão de valores em percentuais mais elevados às camadas do funcionalismo de menor remuneração, espelha preocupação legítima e de elevado alcance social.

Vale ainda destacar o tratamento dado pelo Plano de Lei aos cargos em comissão e as funções gratificadas.

Ao longo do tempo, estas retribuições pelo exercício de cargos de chefia e de assessoramento, vinham sendo paulatinamente deterioradas, distanciando progressivamente a remuneração atribuída aos titulares de tais cargos em comissão ou funções gratificadas, das crescentes responsabilidades que lhes

são cometidas. Esta anomalia vem acarretando sensíveis dificuldades no recrutamento e na manutenção de quadros de pessoal convenientemente capacitado para o exercício eficaz de funções vitais na estrutura estadual.

Ao adotar uma posição realista em relação ao problema, procura também a administração fugir das soluções casuísticas, ou concessão de vantagens e outros títulos, tão frequentes na busca de soluções paliativas para problemas de tal natureza.

Em relação a este aspecto do Anteprojeto, permito-me lembrar que o Governo Federal agiu de forma assemelhada em março de 1976, pelo Decreto Lei 1445/76, equacionando o problema em sua área de atuação.

Ressalto também que as funções gratificadas são exclusivamente atribuíveis a funcionários públicos, enquanto que os cargos em comissão, embora sejam de provimento por livre escolha, em função de sua própria natureza, são em sua larga maioria, ocupados por servidores estaduais.

Estas duas situações demonstram que o tratamento dado aos cargos em comissão e funções gratificadas constitui um novo estímulo ao funcionalismo.

Desejo ainda mencionar a preocupação do Executivo em dar um tratamento mais humano aos beneficiados por pensões especiais pagas pelo Estado, aos quais foram atribuídas valores muito superiores aos atualmente em vigor.

Tenho certeza, Senhor Presidente, de que o Governo do Estado, ao apresentar esta proposição o faz, imbuído dos mais elevados propósitos de conciliar as diretrizes financeiras nacionais, as disponibilidades orçamentárias do Governo e as justas e legítimas aspirações do funcionalismo público.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

MENSAGEM 54/77

Curitiba, 08 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Aditando o anteprojeto de lei anexo à Mensagem número 52, de 04 do corrente mês de março, na mesma data encaminhada a essa Augusta Casa de Leis, solicito a Vossa Excelência as providências que se fizerem necessárias no sentido de que sejam substituídas, na parte final da Tabela VI, do Anexo I, do referido anteprojeto, as expressões "30 . . . 4.493,00" por "30 . . . 4.943,00".

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado IVO THOMAZONI
Digníssimo Presidente da assembléia Legislativa do Estado
N/CAPITAL.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI NÚMERO 12/77

Objetiva o presente projeto de lei, fixar a partir de 01 de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão do pessoal civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas, bem como os dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

Visa, outrossim, fixar os vencimentos dos Membros da Magistratura, do Ministério Público, dos conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas, do Procurador Geral e Procurado-

res do Estado junto ao mesmo Tribunal — a partir de 01 de março de 1977, isto porque a última mensagem de aumento de vencimentos dos integrantes dessas laboriosas classes, ocorreu em março do ano passado.

Estabelece ainda o percentual para majoração da gratificação de produtividade (Leis 6569, de 25/6/74, 6593, de 15/8/74, 6641, de 04/12/76 e 6787, de 31/5/75); no valor atribuído ao salário família (Lei 6174/70); majoração das vantagens instituídas pela Lei 6212, de 09/8/71 e das pensões especiais pagas pelo Estado; determina em extensão, o atingimento dos efeitos de legislação em apreço, aos inativos, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual tenha sido o funcionário aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Finalmente, fixa os vencimentos de Diretor Adjunto do Departamento de imprensa Oficial do Estado, extinguindo a simbologia inerente ao referido cargo, e determina que os vencimentos e soldos estabelecidos nas tabelas anexas à lei, englobam a gratificação de risco de vida e saúde, extinta e absorvida nos termos do Art. 57, da Lei 5978, de 10 de agosto de 1965.

Tendo em vista evidente equívoco datilográfico ocorrido na mensagem, o Exmo. Sr. Governador do Estado, através da Mensagem 54/77, em aditamento, solicita sejam substituídas na parte final da Tabela VI, do anexo I, do anteprojeto, as expressões, "30 . . . 4.493,00, por "30 . . . 4.943,00".

Isto posto, verifica-se o seguinte: Desnecessário salientar a oportunidade e a justiça da matéria em exame, visto ter o vencimento pago ao funcionalismo base alimentar, pois deve corresponder ao mínimo para ele e sua família terem vida condigna, não só em função de natureza do serviço, como do cargo, da própria posição social que ocupa, aos encargos de família e das suas exigências econômicas.

A alto do custo de vida, o constante aumento de salários ocorrente na iniciativa privada, gerador de uma verdadeira evasão do funcionalismo, tornaram-se fatores preponderantes a um reajuste condizente, ressalvado o esforço do governo em manter-se atento a esses fenômenos.

Observa-se no presente projeto a preocupação em corrigir o achatamento verificado nos níveis inferiores, aquinhoando-os com percentuais maiores, ao tempo em que, com medida louvável enseja tratamento mais humano aos beneficiários por pensões especiais, senão vejamos:

1. As pensões especiais pagas pelo Estado em número de 1730 (hum mil setecentas e trinta) foram aumentadas na ordem de 200 por cento.;

2. Por outro lado em confrontação que fizemos com os aumentos concedidos pelo governo dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul aos seus funcionários, pudemos observar, consoante se verifica do quadro abaixo, nítida vantagem percentual em favor de nosso funcionalismo;

ESTADO	VIGÊNCIA	PERCENTUAL	VIGÊNCIA
PARANÁ	01-01-77	entre 30 e 79,5	01-01-76
S.PAULO	01-03-77	entre 23 e 40	01-01-76
R.G. SUL	01-03-77	entre 21 e 43	01-01-76
R.JANEIRO	01-03-77	30 por cento	01-03-76

3 A par disso, verifica-se que 7696 (setenta mil, seiscentos e noventa e seis) cargos em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas, abrangidos na proposta tiveram um aumento de ordem de cinquenta por cento);

4 Dos 74.000 (setenta e quatro mil) funcionários do Estado, alcançados pelo projeto, 46.666 (quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis) estão classificados entre os níveis

1 a 16, aos quais foram atribuídos os maiores percentuais de aumento, não estando incluídos nesse número os efetivos da Polícia Militar e Civil. 14.418 (catorze mil, quatrocentos e dezoito) funcionários estão posicionados entre os níveis 17 e 30.

Dentre esses servidores, grande parte ocupa cargo em comissão ou função gratificada.

Isto quer dizer, que além de percentual de aumento salarial perceberão também uma majoração de 30 por cento em suas funções gratificadas e cargos em comissão, quando pertencentes ao quadro do Estado.

Dos ocupantes dos cargos de níveis 24 a 30 cujo aumento proposto é da ordem de 30 por cento, observa-se que a grande maioria percebe gratificação de produtividade, além de outras gratificações normais.

5. quanto ao pessoal do Magistério efetivo, em seu grande número ocupantes do nível 16 (15.078 professores) cujo aumento é proposto na ordem de 33,39 por cento, e do nível 7 (3.849 professores), aumento percentual proposto na ordem de 62,69 por cento, espera-se com justa ansiedade a implantação do quadro próprio, o mais rápido possível, em decorrência da aprovação da Lei Complementar (Estatuto do Magistério) que trará grandes benefícios à classe;

Enfocando o plano de Lei em seus aspectos constitucionais e jurídicos, depreendemos estarem atendidas as normas que regem a sua propositura.

Ressaltamos contudo, não parecer coerente a redação dada ao artigo nono do Projeto, ao dispor "que nas tabelas aludidas pelos artigos primeiro e segundo, serão desprezadas as frações de cruzeiro".

Ocorre que não se verificam as aludidas frações nos anexos vinculados ao projeto.

Aparecem, isso sim, no cálculo para apuração do novo valor de alguns casos de gratificação de produtividade, daí por que sugerimos nova redação ao artigo, que em nosso entender seria melhor inteligível na forma seguinte:

"Art. nono — No cálculo para apuração das majorações decorrentes da presente Lei, onde couber, serão as frações do cruzeiro"

Nestas condições, o parecer é pela APROVAÇÃO do Projeto com as emendas substitutivas juntas.

Sala das Sessões, em / /

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES

Relator

EMENDAS SUBSTITUTIVAS AO PROJETO DE LEI NÚMERO 12/77

Substitua-se a redação do artigo nono pela seguinte:
"ARTIGO NONO — No cálculo para apuração das majorações decorrentes da presente lei, onde couber, serão desprezadas as frações de cruzeiro".

Substitua-se na parte final da TABELA VI, do anexo I, do referido anteprojeto, as expressões "30 . . . 4.493,00, por "304.943,00.

Sala das Sessões, em / /

PAULO CAMARGO

Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES

Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI NÚMERO 12/77

Substitua-se a redação do Artigo 10 pela seguinte:

"Art. 10 — Nos vencimentos e soldos de que tratam as tabelas anexas à presente lei já se acha incorporada a gratificação de risco de vida ou saúde, absorvida nos termos do artigo 57, da Lei 5978, de 01 de agosto de 1969.

§ Primeiro — Fica revogada, a partir da data da vigência da presente lei, toda a legislação, inclusive a respectiva regulamentação, pertinente à gratificação do terço do risco de vida e saúde.

§ Segundo — O presente artigo não se aplica aos servidores aos quais a vantagem ora extinta estiver assegurada por decisão judicial".

Sala das Comissões, em 16 de março de 1977

MAURÍCIO FRUET

Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI NÚMERO 12/77

Oriundo da Mensagem Governamental 52/77, o presente Projeto de Lei 12/77, tem por finalidade fixar, a partir de 01 de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Tribunal de Contas e dos Integrantes da Polícia Militar do Estado.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria já houve o pronunciamento da Douta Comissão de Constituição e Justiça, apresentando, inclusive Emendas visando corrigir certos detalhes que se afiguravam na Mensagem.

No âmbito desta Comissão de Finanças, queremos ressaltar o cuidado com que o Sr. Chefe do Poder Executivo tratou a matéria, de tão alta relevância para a laboriosa classe dos servidores públicos do Estado, como também o aspecto financeiro, visando coordenar a atual conjuntura financeira do Estado em bases realistas e a manutenção da despesa global com o pessoal, não haja implicação no equilíbrio do erário público.

Neste sentido, queremos nos manifestar FAVORAVELMENTE, ao projeto de Lei, bem como às emendas apresentadas pela Douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1977

JOÃO FADEL

Presidente

GABRIEL MANOEL

Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Projeto de Lei número 12/77, Mensagem número 52/77 Encaminha anteprojeto de Lei que objetiva fixar a partir de 01 de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimentos dos cargos Efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como dos integrantes da Polícia Militar.

P A R E C E R

Através da Mensagem 52/77 — Projeto de Lei 12/77, o Poder Executivo fixa os vencimentos dos cargos Efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas e dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

O mesmo Projeto de Lei, fixa, também a partir de 01 de março do corrente ano, os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas, do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, o chefe do Poder Executivo,

no bojo da presente Mensagem estabelece inclusive percentual para majoração da Gratificação de Produtividade, Salário Família e das Pensões Especiais pagas pelo Estado, atingindo também o Pessoal Inativo respeitando critérios pelo qual o servidor tenha se aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Assim sendo o presente projeto de lei se não é o ideal, é justo e equilibrado dentro da atual conjuntura administrativa, pois atende toda uma gama não só de servidores como também dos pensionistas do Estado.

Convém também ressaltar que o Chefe do Poder Executivo deu um passo justo e certo ao iniciar com este projeto de lei, a correção de distorções verificadas no plano salarial do servidor estadual, fixando valores diferentes justamente para os níveis atingidos pelo achatamento financeiro, espelhando assim sua preocupação de elevado espírito de justiça, com bons resultados de alcance social.

Outro ponto que merece elogios é o prazo de vigência, do presente aumento, a partir de 01 de janeiro do corrente ano, o que acreditamos seja o Paraná o único Estado da União que concede a seus servidores esta vantagem.

Quanto aos beneficiários de Pensões Especiais, vale ressaltar, o tratamento mais humano com que o Chefe do Poder Executivo vem atender estas pensões, pois as mesmas foram aumentadas na base de quase 200 por cento.

Isso posto, achamos de um modo geral que o Projeto de Lei é justo e equânime quanto as medidas e iniciativas ali tomadas pelo Poder Executivo, que, inicia caminhada promissora na sua política de pessoal, beneficiando seus servidores o que redundará em benefício da própria administração pública.

Assim sendo, optamos pela sua aprovação.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1977.

WILSON FORTES

F residente e Relator.

Encerrada a discussão.— Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Com a palavra V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo, não somente nesse encaminhamento, deixar de antemão, estabelecida uma posição que já me parece não só pessoal, porque tem o entendimento e o respaldo de uma série de outros Srs. Deputados.

Sr. Presidente, a matéria de certa forma, tramitou pela Casa, com celeridade, mereceu os pareceres das Comissões Técnicas.

A ela foram apostas algumas emendas.

Todavia, somente em data de hoje, dado ao regime de urgência que acompanha a matéria, somente em data de hoje, e já na chegada ao Plenário, é que se teve conhecimento do teor dos pareceres das Comissões Técnicas, dos quais esperávamos as luzes suficientes para podermos, nos guiar no nosso posicionamento em relação ao assunto.

Evidentemente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a leitura, a análise e o estudo destes pareceres, deve também de nossa parte, merecer um cuidado maior e em tempo maior.

Isto será feito para que em discussão futura, em outro turno, aqui estejamos mais senhores da situação.

Todavia, dizia já de início, Sr. Presidente, dou meu voto favorável nesta primeira discussão, que trata da constitucionalidade e da legalidade da matéria, porém, estabelecendo uma primeira ressalva, no que respeita ao Artigo 10, deste projeto de lei.

Se me afigura este artigo, elaborado de forma a produzir uma antijurisprudência, podendo inclusive, encampar até mesmo vícios de constitucionalidade.

Mas sei também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os eminentes Deputados, que com maior cuidado e maior tempo trataram da questão, já também se preocupam em tentar estabelecer a corrigenda que poderia sanar essa eventual falha.

Assim, Sr. Presidente, voto favoravelmente, neste primeiro turno, aguardando que essas providências sejam adotadas e, guardando-me também, para após uma análise mais detalhada da matéria, do projeto e dos pareceres, pronunciar-me a este respeito.— Muito obrigado.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Continua em votação o Projeto de Lei número 12/77

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a Mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, indicando os nomes dos Srs. Deputados Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, João Fadel, Werner Wanderer e Egon Pudell, para as Vice-lideranças do Governo e ARENA nesta Casa.— Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Luiz Demeterco.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Costa Manso, da Rêde Globo, ocorrido em Brasília.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, encarecendo o envio de médicos, vacinas, medicamentos e tudo o que se fizer necessário para debelar um surto de tifo que estaria tomando conta de muitos habitantes de Maringá.— Em discussão.— Encerrada a discussão.— Em votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, para encaminhar a votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento do Deputado Renato Bernardi, requer o envio de expediente, em forma urgentíssima, solicitando ao Sr. Secretário de Saúde do Estado o envio imediato de médicos, vacinas, medicamentos e tudo que se fizer necessário para debelar um surto de tifo que estaria tomando conta de muitos habitantes de Maringá.

Consta que mais de 40 (quarenta) pessoas estariam internadas nos hospitais da cidade e da região, afetadas pelo mal que estaria sendo trazido do pantanal mato-grossense, por caminhões de um frigorífico da cidade que, além de não tomar as devidas providências, ainda estaria colocando em risco a saúde de toda a população.

Prossegue o Deputado: (LÊ) “Dada a gravidade da denúncia, com o objetivo de não se espalhar pânico no meio popular, urgem medidas prontas, enérgicas e definitivas”.

Requer ainda o Deputado que; “se preciso, os órgãos do setor instalem postos de controle na fronteira entre o Paraná e o Estado de Mato Grosso para evitar um dano generalizado”.

Aduz ainda que: “A urgência se justifica para se evitar o mal físico mas, principalmente, o mal psicológico que os

boatos pairantes na região causam sobre nossa gente, inclusive com algumas famílias já recusando-se a consumir carne bovina, essencial na dieta de proteína de toda e qualquer criatura humana”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Renato Bernardi, além de requerer o envio de médicos especialistas, por determinação da Secretaria de Saúde Pública do Estado, a Maringá, com vacinas, com medicamentos, para que isto não se transforme numa epidemia e traga funestas, imprevisíveis e terríveis conseqüências à nossa população.

O Deputado Renato Bernardi, ainda requer, que os órgãos responsáveis instalem com urgência postos de controle na fronteira entre o Paraná e o Estado de Mato Grosso.

Além, Sr. Presidente, da denúncia, estampada hoje em várias páginas, o nobre Deputado Renato Bernardi chegou esta manhã da cidade de Maringá e verificou que a nossa gente se encontra realmente sobressaltada.

A origem do mal já se sabe, Sr. Presidente.

Vários caminhões estão trazendo, do vizinho Estado de Mato Grosso, animais contaminados, com o vírus do tifo e atravessam a fronteira sem a mínima fiscalização.

E por sua vez, já nos pátios do frigorífico, os caminhões são lavados e aquela água desce pelos córregos que cortam algumas vilas de Maringá e estão realmente a contaminar a nossa gente.

Sr. Presidente, nós fazemos um apelo aos nossos companheiros para que aprovem esta proposição.

Mas, fazemos ao Sr. Presidente, um apelo específico no sentido de que atenda esta proposição, se for acolhida pelo plenário, com a emergência que ela requer.

É normal, Sr. Presidente, que esta Casa tenha uma burocracia, no trâmite dos documentos.

E, evidentemente, se esse requerimento seguir esses caminhos, estará nas mãos de S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde, quem sabe, daqui a 3, 4 ou até 10 dias.

Aí, talvez, já seja tarde demais.

Por isso, Sr. Presidente, fazemos um apelo a V. Exa. no sentido de que compreenda a urgência dessa medida e se interesse pessoalmente pelo caso, entre em contato imediato — após o término desta sessão — com S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde de nosso Estado para que a medida tenha o atendimento de emergência que requer, que exige.

Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Continua em votação. **Aprovado.**

A Presidência deseja informar ao nobre Deputado Valter Pietrângelo, que já havia determinado à Assessoria que xerocasse o expediente, independentemente da tramitação normal do requerimento, e que o mesmo fosse encaminhado a S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Walter Perachi Barcellos, Diretor do Banco do Brasil S.A., encarecendo seja instalada uma agência do referido Banco, no município de Santa Cruz do Monte Castelo. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorte Sato, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Dr. João Elísio Ferraz de Campos, Secretário da Administração, por sua eleição à Presidência do Conselho Deliberativo do Clube Atlético Paranaense. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, apresentando agradecimentos pelas informações prestadas referentes à questão da regularização das propriedades agrícolas de Terra Roxa. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Sra. Nely V. Almeida, pela edição de sua monografia “História de Curitiba” — (Ensaio Sobre a Sua Evolução) — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a instalação de Posto de Saúde no distrito de Santa Lúcia, município de Capitão Leônidas Marques. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo de autoria do jornalista Joelmir Beting, publicado na “Gazeta do Povo”, sob o título “Os Resultados da Petrobrás” — **APROVADO (O ARTIGO ACHA-SE PUBLICADO NO FINAL DESTA ATA).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, lido da tribuna, solicitando seja encaminhada sugestão aos Srs. Ministros do Trabalho e da Previdência Social, visando o reexame da legislação em vigor, no sentido de ficar assegurado ao trabalhador e ao proprietário rural, em lei, condições favorecendo-lhes uma habitação condigna. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos com bastante atenção o pronunciamento e a sugestão apresentada pelo eminente Deputado Muggiati Filho.

E não pretendemos, absolutamente, fazer qualquer alusão mas quando dos diversos oradores que o apartearam, quando ocupava a tribuna o Sr. Muggiati Filho, despertaram a curiosidade deste Deputado, quando se referiram ao INCRA.

Eu pediria ao Sr., nesta ocasião, além de estar de pleno e inteiro acordo, tanto com o pronunciamento, como com a sugestão apresentada pelo Deputado Muggiati Filho, pediria me referir tão somente ao aparte do Deputado Fidelcino Tolentino.

É verdade, Sr. Presidente, a evasão do homem do campo hoje, do homem que trabalha na terra é até assustadora.

São famílias e mais famílias que chegam a esta cidade e a outras cidades do Estado e de todo o Brasil, que procuram emprego, trazendo as suas famílias e, muitas vezes, sem possibilidade, sem a mínima condição de conseguirem melhores dias, melhores horas para as mesmas, e, se vêm na “rua da amargura”.

É verdade, Sr. Presidente, que, se deve isto em grande parte ao INCRA.

Porque é do conhecimento do eminente Deputado Muggiati Filho, que o INCRA não permite o desmembramento ou a fração mínima de menos de 10 alqueires.

Então quando aquele homem do campo procura uma área para se abrigar, para trabalhar na terra, ele se vê impossibilitado, porque quando vai ao cartório para se documentar, já encontra ali os seus primeiros empecilhos.

E quando não, ele não terá em mãos um documento palpável, um documento com que ele possa ir ao Banco do Brasil para fazer o seu devido financiamento.

É por esta razão que eu quero, nesta oportunidade, pedir ao autor da matéria, ao Deputado Muggiati Filho que olhe com bastante carinho que, se possível volte a esta tribuna e traga uma matéria especial, uma matéria específica com referência ao INCRA, para que esta Casa de Leis, se junte às demais, principalmente à Câmara em Brasília, e ao Congresso,

para que nos dêem respaldo, para que dê respaldo ao requerimento do Deputado Muggiati Filho, para que amanhã pare, para que os nossos homens do campo não venham à cidade à procura de emprego, muitas vezes emprego de salário-mínimo que não dá a mínima condição de vida nem para eles e nem para as suas famílias.

E é por isto que nós estamos de inteiro acordo com a proposição do eminente Deputado Muggiati Filho e tão somente também, pedimos a ele que olhe, numa próxima oportunidade, com mais atenção, com mais carinho, o problema do INCRA, ou seja do desmembramento das áreas que se possam adquirir.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Muggiati Filho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, na forma do artigo 150 do Regimento Interno, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, pela entrega da ponte sobre o Rio Ivaí. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. LINEU TURRA — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com o respeito que nós temos pelo Deputado Gilberto Carvalho, um dos Deputados mais atuantes, brilhantes desta Casa, nós queríamos manifestar o nosso posicionamento com respeito ao requerimento do ilustre Deputado. S. Exa. pede um voto de aplausos ao Sr. Governador do Estado, pelo fato de ter entregue à população de Ivaí, a ponte sobre o Rio Ivaí; e, também, aplausos, porque irá entregar, por certo, rodovias pavimentadas na região.

Mas, Srs. Deputados, se nós fôssemos pedir aplausos por este fato, teríamos que pedir aplausos aos operários que trabalharam naquela ponte, aos empresários, ao Departamento de Estradas de Rodagem, à Secretaria de Transportes, àqueles que pagaram seus impostos e deram condições para construção dessa obra, e, até, a esta Casa que votou a Lei Orçamentária, dando condições, também, para execução da obra.

Nós não vemos o porquê do voto de aplausos ao Sr. Governador do Estado por este fato corriqueiro da administração. Tantas outras pontes foram construídas neste Estado por outras administrações e, nem por isso, entendo como necessário voto de aplausos. Ora, estamos, constantemente, votando votos de aplausos a autoridades administrativas, mais com a finalidade de promovê-las.

Nós, há poucos dias, vimos até na "Gazeta do Povo", um jornal credenciado e conceituado desta Capital, um editorial que dizia — UM LÍDER DE CORAGEM E DE BOM SENSO, pelo fato de ter revogado os Cr\$ 2,00 sobre o litro de gasolina. Ora, vejamos a incoerência em que se inside quando se vê uma matéria destas que até foi levada à Câmara dos Deputados, por dois Deputados Arenistas.

Partindo-se do princípio de que quem instituiu os Cr\$ 2,00 por litro de gasolina, foi a mesma pessoa que se qualificou como Líder de Coragem e de bom senso, então nós vemos até nesse artigo uma injúria, uma ofensa, uma crítica muito violenta ao Sr. Presidente da República, porque quem afirma uma coisa, nega outra, princípio lógico da frase; e, foi o que se fez quando se disse, nessa oportunidade, que é um Líder de bom senso e corajoso, porque havia extinto os Cr\$ 2,00 por litro de gasolina, necessariamente se disse que, na oportunidade em que se instituiu os Cr\$ 2,00 sobre o litro da gasolina, não se configurava na pessoa de quem o instituiu, um líder corajoso e, tão pouco, de bom senso.

Por aí se vê a incoerência, a precipitação bajulatória em

que se vive nesta Nação como que para adorar os homens do poder.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a devida vênia do ilustre Deputado Gilberto Carvalho, o meu voto será contrário a este requerimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Pela ordem). — Sr. Presidente.

Para que nós possamos nos posicionar sobre a matéria, quero indagar de V. Exa. em que região do Rio Ivaí, o Governo edificou a obra que, está a merecer a proposição do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, esta honraria...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência vai satisfazer V. Exa. embora não represente aquela região. A ponte sobre o Rio Ivaí, a sua extensão é de, aproximadamente 400 metros, ligando as cidades de São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí, ligando importantes regiões produtoras deste Estado. Posso adiantar mais a V. Exa., que a população recebeu festivamente a inauguração da obra.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Faço esta indagação, porque estava observando o requerimento do nobre Deputado Gilberto Carvalho e lamento não ter fornecido as informações que nós acabamos de receber de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos a honra de modestamente, representar parcela da população do Vale do Ivaí. Vi, constatee com muita alegria, a inauguração da ponte da, até então cidade ilhada do nosso Estado do Paraná, São João do Ivaí, que, por quantas vezes e por quanto tempo, nas épocas da chuva torrencial, ficava isolada das demais cidades do nosso Estado. Muitas festas, felizmente, para a inauguração daquela ponte. Quantas campanhas políticas, quantos pleitos eleitorais, quantas caminhadas e andanças em busca dos votos, foram feitos! Quantos churrascos foram propocionados como atrativos à população daquela região que aguardava com muita ansiedade e por muitos e muitos anos, a inauguração desta ponte que é fundamental para esta zona produtora, zona de grande produção no nosso Estado do Paraná! É razão para congratulações com a população daquela região do Ivaí, que soube suportar por tanto tempo, tanto sofrimento, que soube aguardar com ansiedade promessas latentes lançadas principalmente nos pleitos eleitorais. Até que enfim, o Sr. Governador do Estado do Paraná, Jayme Canet Júnior, até que enfim eminente e respeitado companheiro, Deputado Gilberto Carvalho, que reconheço um lutador em defesa dos interesses daquela região. Até que enfim se inaugura esta obra, que uma parcela da população paranaense aguardava de há tanto tempo, naquela região do nosso Estado.

Não vejo, tão somente justificativa, para congratular-se com um governo por dar continuidade. O Paraná está entregue a um só governo, há muitos anos. E ao Governo deste Estado, e ao Governo deste Partido político, que por tantos anos enganou o povo obreiro daquela região, que durante tanto tempo prometeu a edificação desta obra. Agora que a vemos edificada, que a vemos servir aquela região, nós aplaudimos, nos congratulamos com os homens que trabalham naquela região que tanto sacrifício por tanto tempo suportaram.

Não merecerá este requerimento o meu voto de apoio; não merecerá porque sei como se processou durante muito tempo, como já disse, em todos os processos, principalmente os eleitorais, os eleitorais, se utilizaram sistemas condenáveis para tentar enganar, para iludir, na perspectiva da conquista do voto.

Congratulo-me com a gente laboriosa daquela região. Não oferecerei o meu voto de congratulações com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que tardiamente cumpre com o seu dever, cumpre com a sua obrigação e que faz justiça a uma parcela da população paranaense, que aguardava esta obra com muita ansiedade e de longa data. O Vale do Ivaí carece ainda de estradas prometidas de há muito tempo; de pavimentação asfáltica que interliga Ivaiporã a São João do Ivaí; São Pedro do Ivaí a Jandaia do Sul. Obras prometidas e anunciadas de longa data, incluídas, muitas vezes nos planos de obras do Estado do Paraná.

E certamente, Sr. Presidente, como lá suportamos durante muito tempo os churrascos de lançamento de pedras fundamentais, as festanças em vésperas de pleitos eleitorais para edificação de uma ponte, estes acontecimentos haverão, infelizmente para nós, de voltar a acontecer em pleitos eleitorais.

Então, com o nosso voto não será aprovado, com o nosso voto, com a nossa concordância o requerimento do eminente Deputado Gilberto Carvalho. Muitas escolas não de ser edificadas no Estado do Paraná e cada obra que nasce, e cada obra que brota, cada obra que surge infelizmente já com um atraso condenável, porque a máquina administrativa do Paraná emperrada não consegue acompanhar o desenvolvimento deste nosso Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não haverá de ser motivo para voto de congratulações. É o cumprimento do dever; é o cumprimento da obrigação dos homens públicos que assumem o comando deste Estado. E este Estado, no meu entendimento está entregue, desde 1964 a um mesmo Governo, que estabeleceu as diretrizes, que elaborou o seu plano de obras, que tem um compromisso assumido com o povo paranaense. Então, Sr. Presidente, a ponte do Rio Ivaí chegou, é verdade, mas chegou com muito atraso, impondo muito sacrifício, sacrificando excessivamente o povo que habita aquela região de nosso Estado.

Até que enfim o Sr. Governador Jayme Canet, em mais uma festa, é verdade, entregou esta obra ao povo de meu Estado e esperamos que o Estado do Paraná cumpra para com aquela gente os compromissos que tem assumido em pleitos eleitorais de seis, oito anos atrás, levando a pavimentação asfáltica de interligação desta importante região do Estado do Paraná. Infelizmente por um dever de consciência não poderei acompanhar S. Exa. o eminente Deputado Gilberto Carvalho nesta oportunidade, pois propõe um voto de congratulações. V. Exa. terá a minha adesão, e sei, que tem requerido, que tem solicitado desta Casa, para todos os seus requerimentos e pedidos de reivindicações, para edificação de obras que aquela região que representamos, que procuramos modestamente representar ao lado de tão eminente Deputado, V. Exa. terá o nosso apoio, a nossa modesta palavra de adesão e em busca dos votos dos Srs. Parlamentares para que as obras que lá sejam carregadas. Desta vez, eminente Deputado, presto a minha homenagem ao povo do Vale do Ivaí, aos municípios de São João e de São Pedro, pela inauguração desta grande obra que, até que enfim, foi edificada, Sr. Governador Jayme Canet Júnior.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em votação.

Para encaminhar, tem a palavra, o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

Na ordem de preferência, respeitada a solicitação, regimentalmente, a Presidência tem que se louvar na possibilidade de orientar os trabalhos, permitindo a que um Sr. Deputado fale contra, e outro Deputado fale a favor da matéria.

Como dois Srs. Deputados solicitaram a palavra para encaminhar a votação do expediente, eu concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma verdade foi dita, uma única verdade: da necessidade da ponte sobre o Rio Ivaí.

Naquela região, Sr. Presidente, disse ontem, quando encaminhava este requerimento, de que o administrador, o homem que dirige, precisa saber sofrer, para aprender a amar.

Nós, que vivemos naquela região, há mais de 20 anos, que conhecemos o sofrimento daquele povo, a alegria e o entusiasmo com que receberam esta obra, como Deputado mais votado naquela região, com este requerimento procuro representar o pensamento do povo da minha região, congratulando com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, pela entrega desta importante obra.

Não é uma obra corriqueira, como foi dito, é uma obra de muita importância para nós, é uma obra que traz o desenvolvimento de nossa região. E se demorou a sair esta ponte, há seis anos estou nesta Casa, e desde o dia em que aqui cheguei, estou lutando, para que saia a construção desta ponte, para que saia a construção das estradas do Vale do Ivaí. Mas, infelizmente, dado a um traçado existente naquela região, da Estrada BR-369, que estava no plano de obras do Governo Federal, e que depois foi suspenso, o Governo do Estado, não tinha condições de iniciar aquela ponte, porquanto, aguardava a demarcação da BR-369. No Governo Haroldo Leon Peres, na época em que eu assumi, eu já fazia o pedido desta ponte, e na cidade de Jandaia do Sul, reunia o Diretor Técnico do DER e equipe, para fazer esta reivindicação.

Depois, assumindo, o Governo Parigot de Souza, e o Governo Emílio Gomes, nós continuamos reivindicando.

O Governo Jayme Canet Júnior nunca prometeu esta ponte. Logo no início do seu governo, eu dirigi o mesmo apelo que vinha fazendo. E dizendo de que a BR-369, nós não saberíamos quando seria iniciada, e que o povo daquela região não poderia esperar mais.

Imediatamente, ele determinou que fosse encaminhado, um engenheiro do DER para fazer a sondagem, e marcar o local da ponte. Tive a oportunidade de acompanhar esse engenheiro, e um engenheiro da EPE, a firma empreiteira que já tinha serviços naquela região para fazer a sondagem. Fomos criticados na época da campanha política, porque diziam que nós estávamos procurando ouro; que não saía a ponte; que era simples promessa. De fato estávamos procurando ouro, porque para nós era ouro esta ponte, porque traria grandes benefícios à nossa região.

Tão logo, feita a sondagem, foi aberta a concorrência, e iniciada a ponte; não é promessa. Porque foi construída em 560 dias aquela ponte; uma ponte com 301 metros, que dá passagem para três veículos, onde os vigamentos, dos primeiros colocados no Paraná, vigadas de 43 metros. Jamais fizemos qualquer churrasco para lançar a pedra fundamental. Depois que foi feita a demarcação. Foi feita a concorrência e iniciada a obra. Foi feito sim, uma visita a São João do Ivaí, também verificou o andamento da obra.

Não foi promessa; foi aberta a concorrência, foi iniciada e concluída esta obra. E por isso nós nos congratulamos com o dinamismo deste Governo, que, reconhecendo a necessidade do povo da minha região, atendeu a esse pedido.

Claro que nós reconhecemos o trabalho dos operários que lá trabalharam, da firma empreiteira, da comunidade daquela região que fez por merecer aquela obra.

Dizia o Governador quando inaugurava aquela ponte, que o povo da minha região haveria de retribuir com a sua participação na produção; que o município de São João do Ivaí, hoje com 60 mil habitantes; e todos os municípios que represento, hoje, com mais de 400. Estavam lá todos 16 prefeitos do Vale do Ivaí. Não gastamos nenhum centavo para a inauguração. Foi feita contribuição espontânea dos moradores de lá.

E fizemos esta inauguração; e acho que é justo, prestar es-

ta homenagem, porque podem dizer que é uma obrigação do Governo, mas que podia deixar de fazer, como outros governos deixaram de fazer. E ele, prontamente, desde o início do seu Governo já procurou atender os reclamos daquela população.

Falou-se sobre estradas, já estão trabalhando, não é mais promessa também; e é este governo que iniciou a estrada de Bom Sucesso a São Pedro do Ivaí, São João do Ivaí. Mas já iniciou também para Caioá, São João do Ivaí, Fênix e Quinta do Sol. E já está sendo feito o projeto e fica concluído no próximo mês, a estrada entre Borrazópolis, Kaloré e Jandaia do Sul.

Não poderemos deixar de reconhecer este trabalho feito por S. Exa. o Governador, o Governador do Estado, junto com a sua equipe. Esta grande equipe da Secretaria de Transportes, que está constantemente acompanhando e verificando, "in loco" de todo o Paraná. Porque em todo o Paraná existe frente de trabalho.

Mas, se falou em representantes da região. Nós quando assumimos aqui, São João do Ivaí, era um município novo em que faltava muita coisa. Neste pouco tempo foi construída uma unidade povo; foi instalada a luz em todos os distritos daqueles municípios. Foi criada uma comarca, foi instalado telefone. Foi dada assistência do programa Pró-Safra. Construídas várias outras pontes e o Posto de Saúde que está lá, sem inauguração, porque é costume deste Governo, tão logo estejam constituídas as obras, entregues ao povo e postas em funcionamento. E assim foi feito.

E é por isso que nós fizemos esta reivindicação. Não dissemos que a ponte foi construída próximo ao Porto São João, porque todos sabem e aqueles que conhecem a região, aqueles que se dizem representantes, conhecem e sabem onde foi construída esta ponte.

Falou-se sobre a gasolina; congratulação ao Presidente da República.

Sabemos que o Governo vem fazendo uma campanha para diminuir o consumo de combustível, aplicando todos os meios para que possamos ter melhores fontes de divisas. Foi criada a taxa de 2 cruzeiros. E o Governo, sensível, achou que havia alcançado seus objetivos com a campanha de racionalização da gasolina, e houve por bem ceder. Deve-se louvar atitudes como essa, porque o decreto já tinha sido assinado, já estava em vigor, já podia ser posto em prática. Mas, o Governo não quer prejudicar ninguém, desejava diminuir o consumo da gasolina e isso foi alcançado. Houve compreensão por parte de todos os brasileiros. Por isso, foi suspenso o depósito restituível.

Reconhecemos esse trabalho do Governo que, alcançando seus objetivos, deixou em suspenso aquele decreto.

Mais uma vez, Sr. Presidente, queremos deixar bem claro: representamos o município de São Pedro do Ivaí, vizinho a essa ponte, do outro lado, o município de São João do Ivaí, mais próximo o município de Bonsucesso. Pode-se verificar que, na contabilidade dessas Prefeituras não há um centavo sequer de despesa com essa inauguração. Essa festa foi maravilhosa, porque foi uma festa espontânea, uma festa do povo.

Por isso, Sr. Presidente, achamos nosso requerimento justo, e o defendemos, porque essa é uma obra de grande importância que vem trazer a redenção daquela região. E as estradas não são promessas, estão sendo executadas.

Reconhecemos o trabalho deste governo, governo que está ao lado do povo de minha região. E isso aquele povo reconhece, tanto assim que, nas últimas eleições fizemos quase todos os Prefeitos daquela região.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em votação.

A Presidência consulta o Sr. Deputado Lúcio Machado se deseja falar no encaminhamento da votação. — (Assentimento).

O SR. LÚCIO MACHADO (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Preocupa-nos que este Parlamento, às vezes, se movimente de forma até singular, para prestar homenagem que não tem sentido.

Sabemos que nenhum chefe de família faz mais do que cumprir o seu dever quando procede como chefe de família. Se ele constituiu família, uma sociedade conjugal, se comprometeu a dirigir essa família, essa sociedade, com dignidade, com respeito, com a responsabilidade de proteger a prole que dali haveria de vir.

Se um sacerdote cumpre com seu dever de rezar missas todos os dias e aumentar o patrimônio de sua Paróquia, não faz nada mais do que cumprir com seu dever, porque fez um juramento clerical de dar o ensinamento de sua Igreja, e proceder o crescimento do patrimônio desta mesma Igreja. Respeito e admiro o inteligente Deputado Gilberto Carvalho pela sua inteligência, pela sua capacidade, e pelo seu altruísmo político naquela região, onde se fez uma ponte que até agora não se sabe se tem 300 ou 400 metros mas, é uma grande ponte, que veio trazer a resolução de um problema de 20 anos, como afirmou S. Exa. o requerente.

Eu até diria, nesta oportunidade, ao invés de dar congratulações ao Sr. Governador do Estado, seria mais justo, mais certo e até mais honesto que S. Exa., o Governador, voltasse àquela região e pedisse desculpas pelo tempo que demorou para construir esta ponte. Porque, segundo informações, faz 20 anos que aquele povo sobre a necessidade desta ponte para a interligação dos municípios que dela hão de se servir.

Ora, o Governo não cumpre mais do que o dever quando constrói estradas, quando facilita as comunicações, como ocorre em relação a esta ponte. E, se congratulações devêssemos dar nesta oportunidade, teríamos que dar ao povo daquela região que carrega, através do sacrifício diuturno com famílias inteiras no manejar do cabo da enxada, do arado e das máquinas, que constrói a riqueza nacional arrancando da terra os produtos que submetem o Governo nesta oportunidade ao confisco.

É lamentável que requerimento desta natureza seja posto, Sr. Presidente, à apreciação do Parlamento. Isto representa, acima de tudo, o diminutivo de nossas responsabilidades como representantes do povo nesta Casa. Aqui vimos em busca de resolução dos problemas do povo, aqui vimos com a missão de fazer com que o Governo cumpra o seu dever da execução das obras deste Estado para o bem estar comum da coletividade paranaense. Aqui não vimos e não deveríamos ter vindo para apresentar requerimento que caracteriza a bajulação política, desonra este Parlamento e aqueles que aqui ocupam o assento.

Lamento ter que tomar posição nesta oportunidade, mas não poderia ficar calado, porque o meu brio de homem público não permite que me cale diante de requerimento desta natureza. Se mérito existe, se congratulações merecem, estes são do povo do Paraná, da região do Vale do Ivaí, que há vinte anos, trinta ou quarenta anos sente a necessidade daquela obra e durante todo este tempo carregaram, através do sacrifício, a economia que enriquece e asoberba este Estado e, somente agora, esta ponte foi feita.

Com os meus mais altos respeitos ao Parlamentar Gilberto Carvalho, devo deixar bem claro, o meu voto é contra seu requerimento. Porque fere, acima de tudo, a personalidade política do Parlamento da Assembléia Legislativa, do Poder fiscalizativo do Sr. Governador do Estado.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, apenas para discorrer das palavras do brilhante Deputado Gilberto Carvalho,

em palavras que não condizem com a sua excelente atuação como parlamentar, pois não acredito que o que tenha dito a respeito das "simonetas", seja o seu ponto de vista. Como brasileiro e pelo povo brasileiro que não é "guri moleque", que, recebendo algumas palmadinhas e algumas ameaças, iria, este povo, deixar de consumir gasolina. Se diminuiu o consumo, não o foi pelas ameaças que, por sinal ainda pairam sobre nossas cabeças. Diminuiu o consumo, porque sabe o seu povo da necessidade que tem o Brasil, não o Governo, mas, o Brasil de diminuir o consumo do petróleo. Não venha o Sr. Presidente da República a nos tratar como "guris moleques", porque nós não o somos e não admitimos estar sob palmadas. Que admita o Sr. Presidente da República o que realmente houve — pressão das multinacionais, fabricantes de automóveis, que estavam a ameaçar com uma demissão de 50 por cento de seus funcionários. O Sr. Presidente da República que admita isso e terá 100 por cento dos brasileiros a seu lado, porque este País ainda tem dono e, os donos não são os "guris moleques" que, com palamdas, ficam temerosos.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta o eminente Deputado se não falou já, no encaminhamento da votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Não falei; apenas pedi a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra o Sr. Deputado Valter Pietrângelo, para encaminhamento da votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente.

Realmente, o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, merece todos os nossos aplausos e reverências pela sua dedicação, pela sua luta, pelo seu trabalho desenvolvido, principalmente, pela região que ele representa, muito bem, nesta Casa. Mas, nós não poderíamos apoiar esta matéria, Sr. Presidente, por duas razões prioritárias.

A primeira, eu antes quero discordar quando o Deputado Gilberto Carvalho condenou, nas suas palavras, a realização de churrasco, na pedra fundamental. Eu acho que o churrasco é fundamental e, muito importante, nessas ocasiões. Já diz a voz popular que, pobre só vai para frente quando leva um tropicão, ou é empurrado, Sr. Presidente. E, os nossos trabalhadores, Deputados Gilberto Carvalho, a grande maioria, só come um pedacinho de carne; e, têm alguns até que comem, quando conseguem participar de uma churrascada.

Fazer o quê?!

Se elas têm cunho político, eleitoreiro, bajulativo etc. Mas, de qualquer forma, muita gente mata um pouquinho da saudade que tem de sentir o sabor de um pedacinho de carne.

Sr. Presidente, segunda razão, é porque tenho por certeza que S. Exa., o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, no discurso que proferiu lá na inauguração da ponte, ele deve ter agradecido, profundamente, o esforço daquele povo.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que em suas palavras, o Chefe do Poder Executivo, deve ter transferido ao povo daquela região, todo o mérito pela execução da obra, e eu não poderia agora ir contra o pensamento de S. Exa. o Sr. Jayme Canet Júnior, transferindo a ele os méritos que nem ele mesmo aceitou, diante daquela gente humilde e trabalhadora, e de nossas autoridades que lá estiveram.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência constata que não há número realmente para a votação da matéria e vai fazer, exponte própria, a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam a matéria, permaneçam como estão. 14 rejeitam, 6 aprovam. Não há quorum para a votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Adiada a matéria para a próxima sessão.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente.

Poderia sentir-me satisfeito e alegre porque V. Exa. passa a estampar uma tese que tenho defendido aqui de que cabe a V. Exa., como quer V. Exa., nos momentos em que o Regimento determinar o quorum para a abertura e para a votação. Parece-me extemporânea, data vênua, V. Exa. exponte própria, proceder a verificação de quorum. A matéria, embora em votação, não houvera ainda sofrido o processo de votação. Caberia e cabe, por isso requeiro a V. Exa. que se proceda a verificação de quorum, para se estabelecer a existência de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência valida a questão de ordem e lhe concede total razão. Todavia, numa das semanas passadas, em regime de urgência V. Exa. cumprimentou a Mesa pela sua atitude. Acato a questão de ordem de V. Exa. e solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a verificação de quorum.

O SR. ENÉAS FARIA — Apenas louvo a atitude de V. Exa. em tomar este processo a cada sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Gilberto Carvalho. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — REJEITADO O REQUERIMENTO.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência concederá a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa).

Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

10 Srs. Deputados aprovam.

13 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quorum para votação, a matéria fica adiada para a sessão de amanhã.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, apenas para colher da Mesa, uma informação.

Requerido e aprovado, deferiu V. Exa. que se procedesse a verificação de quorum, mas a Mesa não anunciou o resultado, informando quantos Deputados estavam presentes e responderam a chamada na verificação de quorum. Gostaria de colher agora esta informação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — O Sr. Secretário havia anunciado a Presidência ouviu, a presença de 32 Srs. Deputados, número que não se constatou durante a votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, dou-me por satisfeito por agora, neste episódio. Mas talvez até, não compense, mas eu faço. Sugerir à Mesa, ao Secretário que procede à chamada, que em resposta à afirmação de presença do Deputado nas chamadas nominais, respondesse o Sr. Secretário em alto e bom som, presente ou ausente o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sugestão acatada. Procedimento que se verificará oportunamente.

A Presidência comunica aos Srs. Deputados que o Grande Expediente, da sessão de amanhã, será dedicado à Campanha "Nossa Cidade Mais Humana", oportunidade em que receberá além do Sr. Dr. Darby Valente, Coordenador Geral da Campanha, e também Governador do Lions, a presença do ex-Prefeito Municipal de Curitiba, engenheiro Ivo Arzua, Governador do Rotary, e do Sr. Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Durante o Grande Expediente, o Sr. Darby Valente fará aos Srs. Deputados, uma exposição sobre a finalidade desta

campanha, que culminará na próxima terça-feira, com concentração junto ao obelisco da Praça 19 de Dezembro, culminando com solenidade ecumênica, às 10,00 horas, no Centro Cívico, em frente ao Palácio Iguçu.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 137/76.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 12/77.

E marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 25, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 269/76 e 362/76 e de Lei números 41/76, 120/76 e 128/76.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, em sessão do Dia 23 de março de 1977.

"Os resultados da Petrobrás"

Vida nova na Petrobrás. Os novos diretores, já empossados, prometem acelerar os trabalhos de pesquisa, exploração, transporte — é para isso que foram nomeados. Que no mais, a Petrobrás vai muito bem. Seus resultados financeiros não poderiam ser mais brilhantes, como revela o relatório anual divulgado sexta-feira.

A Petrobrás é um Tio Patinhas no cofre, mas sem petróleo no tanque. Os resultados físicos, o da produção de petróleo, deixam no ar uma sensação de impotência e frustração. Até porque, a Petrobrás não existe para dar lucro, existe para achar e produzir petróleo.

Ela não é um fim em si mesma, como empresa. Ao assumir o monopólio, ela se obriga a atuar como simples instrumento para a consecução do fim maior: a auto-suficiência do Brasil em Petróleo. Caso contrário, o Brasil passará a trabalhar para a Petrobrás e não mais a Petrobrás para o Brasil.

ÓLEO INSUFICIENTE

A dura verdade é que em matéria de petróleo o Brasil vai de mal a pior: os 172 mil barris retirados hoje do subsolo cobrem apenas 18 por cento do consumo nacional, contra 33 por cento em 1968. O consumo cresce a produção desce.

A produção interna de 9,7 milhões de metros cúbicos voltou aos níveis de 1972, depois de passar dos 10,3 milhões em 1974. Tal fato se deve ao progressivo esgotamento dos poços terrestres da Bahia, os pioneiros, ainda não superado, esse declínio, pelo aumento de tiragem nos poços recentemente ativados da plataforma continental.

Os trabalhos de desenvolvimento e extensão de novos campos petrolíferos e de preparação dos sistemas de extração de óleo nos poços economicamente aprovados, como o de Garoupa, em Campos, e o de Ubarana, no Nordeste — esses trabalhos estariam sendo conduzidos, senão com lentidão, pelo menos não com a pressa reclamada hoje pelo Brasil.

Não sei se a troca de três diretores vai aumentar o jorro do petróleo — é nosso. Mas sei que o episódio da mudança de executivos, ao largo da assembleia geral de acionistas, constitui um puxão de orelhas pela primeira vez aplicado na intocável e imaculada Petrobrás.

Que deve prestar contas não apenas aos acionistas, beneficiários diretos do seu fantástico lucro líquido de 9,2 bilhões de cruzeiros no ano passado, mas também aos 114 milhões de brasileiros, pacientes do grave impasse do Brasil em Petróleo. A menos que se queira confundir as limitações físicas da Petrobrás como sendo limitações físicas do Brasil.

O relatório anual revela que os investimentos totais da empresa somaram 16 bilhões de cruzeiros no ano passado. Para quem apurou um lucro líquido de 9,2 bilhões, caberia questionar se o investimento realizado foi pouco, razoável ou muito. Mas o que me parece ainda mais importante é isolar, no pacote das aplicações totais, a fatia destinada à pesquisa,

calcanhar de Aquiles do petróleo tupiniquim.

Os investimentos em pesquisas de novas áreas produtoras somaram 4 bilhões e 229 milhões de cruzeiros, com um aumento de 85 por cento, em valores nominais, sobre as aplicações de 1975. O carro pega justamente aí: por que a Petrobrás não investiu em pesquisas exatamente o dobro, uns 8 bilhões?

Reclama-se hoje do atraso nos trabalhos de exploração do óleo de Campos, e do Nordeste, mas o relatório indica ter a empresa reservado para o domínio da exploração um investimento total de 1 bilhão e meio e nem mais um tostão. Por que a Petrobrás não aplicou o dobro, uns 3 bilhões?

TIMIDEZ DA DECISÃO

Tanto na pesquisa quanto na exploração, a resposta talvez esteja na falta de máquinas e de homens. Máquinas e homens que o dinheiro compra, mas não por estalo. A escassez de geólogos, por exemplo, só estará superada daqui a 16 anos, tempo mínimo para a "fabricação" de um técnico em petróleo.

No fundo, estamos diante de um problema não de escassez de máquinas ou de homens. Nem mesmo de escassez de capital, para quem anda apurando um retorno líquido de 24,8 por cento ao ano para cada cruzeiro investido. O problema é a timidez da decisão.

Daf, a injeção de óleo canforado que Paulo Belotti, novo "homem forte" da Petrobrás, vai com certeza espetar nas veias do gigante. Além de sua reputação de executivo bucaneiro, Belotti é peixe dentro d'água: nacionalizante ostensivo e estatizante silencioso.

No seu papel de mestre-de-obras, a pessoa jurídica Petrobrás exibe um relatório discreto. Mas no seu papel de guarda-livros, a empresa divulga um demonstrativo para nenhum Tio Patinhas botar defeito.

Os indicadores financeiros divulgados sexta-feira, com exclusão das subsidiárias, mostram uma Petrobrás de granito no patrimônio e quase obscena na rentabilidade.

Para um faturamento bruto de 98,2 bilhões de cruzeiros (ou líquido de 68,7 bilhões), a Petrobrás apurou um lucro de 13,4 por cento sobre vendas líquidas, de 21,6 por cento sobre o patrimônio líquido ou de 24,8 por cento sobre os investimentos no exercício.

O resultado líquido, limpinho de tudo, inclusive da provisão para Imposto de Renda e da reserva para manutenção do capital de giro, o pé-de-meia foi de 9 bilhões e 184 milhões. Para quem investiu 16 bilhões, temos que para cada cruzeiro de terceiros a Petrobrás dá-se ao luxo de contar com dois cruzeiros próprios, só na reaplicação do lucro.

Em 1973, no conjunto das 500 maiores empresas estatais e privadas do Brasil, catalogadas pela FGV, para cada cruzeiro próprio, havia um cruzeiro de empréstimo. No ano passado, para cada cruzeiro próprio, já eram dois os de empréstimo. O índice de endividamento subiu de 50 por cento para 65 por cento.

O que isto significa? Significa que a Petrobrás é uma ilha de tranquilidade dentro de um oceano infestado de tubarões do juro, da promissória e do papagaio. E queimando petróleo importado."

DECRETO LEGISLATIVO:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 130/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1647, de 17 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a partir de 17 de março de 1977, os Decretos Legislativos nºs 81/75, 231/75, 557/75, 576/75, 379/75, 420/76, 486/75, 80/73 e 6/77 na parte a que se refere aos funcionários adidos ANTÔNIO CARLOS DUARTE, EMÍLIO TELES DE LIMA, OTÁVIO GUERREIRO CASTELAN e MANOEL DIAS.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 124/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1888, de 22 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a LAURO ALCÂNTARA MARTINS, matrícula número 126, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 01 de abril de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 125/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1914, de 22 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a BOANERGES DE MENEZES CALDAS, matrícula número 268, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 23 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 129/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

estender as atribuições da Comissão de Sindicância criada pela Portaria número 114/77, para apurar possíveis irregularidades de funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 130/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1647, de 17 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a partir de 17 de março de 1977, as Portarias nºs 39/75, 40/75, 213/75, 155/75 item II, 84/75, 112/75, 113/75, 377/75 item II, 168/75, 340/76 item II, 394/76 item II, 408/76, 412/76, 108/75, 117/75, 606/75 item I, 369/76, 525/75, 129/75, 85/75, 512/75, 211/75, 210/75, 42/75, 417/76, e 11/76 item II e 21/77 na parte a que se refere à designação para o Gabinete da 1ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 131/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1765, de 18 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

constituir Grupo de Trabalho, composto pelos funcionários, ALMIR SANTOS, WILSON KAIEL, JOÃO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAUJO, FARID LUIZ GUÉRIOS, ELEOVAN CEZAR RIBEIRO e VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, para sob a coordenação do funcionário AIMORÉ OD ROCHA, Diretor do Departamento de Finanças, calcular e implantar o aumento na folha de pagamento do mês de abril vindouro.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de maio de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral